



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE ENGENHARIA CIVIL**

JOICIEL DOS REIS SILVA

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE HABITAÇÃO DE INTERESSE
SOCIAL NO BRASIL NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE 2010 A 2021**

PALMAS

2023

JOICIEL DOS REIS SILVA

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE HABITAÇÃO DE INTERESSE
SOCIAL NO BRASIL NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE 2010 A 2021**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel do Curso Superior de Engenheiro
Civil do Instituto Federal do Tocantins,
Campus Palmas.

Orientadora: Prof.^a Me. Adriana Soraya
Alexandria Monteiro

PALMAS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

- S586a Silva, Joiciel Dos Reis
ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE HABITAÇÃO DE
INTERESSE SOCIAL NO BRASIL NOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO DE 2010 A 2021 / Joiciel Dos Reis Silva. – Palmas, TO,
2023.
84 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) –
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus
Palmas, Palmas, TO, 2023.
- Orientadora: Ma. Adriana Soraya Alexandria Monteiro
Coorientadora: Ma. Izabel Castro de Abreu Neta
1. Habitação de interesse social. 2. Pesquisa acadêmica. 3. Políticas
habitacionais. I. Alexandria Monteiro, Adriana Soraya. II. Castro de Abreu
Neta, Izabel. III. Título.

CDD 624

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e
pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOICIEL DOS REIS SILVA

ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL NOS PROGRAMAS DE PÓS- GRADUAÇÃO DE 2010 A 2021

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Coordenação do curso
de Engenharia Civil do Instituto
Federal do Tocantins – Campus
Palmas, como exigência à obtenção do
grau de bacharel em Engenharia Civil.

Aprovado em: 05/12/2023.

BANCA AVALIADORA

Documento assinado digitalmente



ADRIANA SORAYA ALEXANDRIA MONTEIRO
Data: 13/12/2023 11:20:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Me. Adriana Soraya Alexandria Monteiro
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente



GILSON MARAFIGA PEDROSO
Data: 12/12/2023 18:05:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Gilson Marafiga Pedroso

Documento assinado digitalmente



OCTAVIANO SIDNEI FURTADO
Data: 13/12/2023 14:12:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Me. Octaviano Sidnei Furtado

Documento assinado digitalmente



IZABEL CASTRO DE ABREU NETA
Data: 13/12/2023 12:16:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Me. Izabel Castro de Abreu Neta
(Coorientadora)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, que me deu forças para perseguir este sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar comigo em toda minha trajetória, aos meus pais por todo esforço e orações, por me impulsionarem em direção aos meus sonhos e não me deixarem desistir nunca. Aos meus irmãos por terem paciência e acreditarem em mim. Aos demais familiares e amigos por todo ânimo e palavras de afirmação empenhados em meu favor. Minha gratidão a orientadora Prof. Me. Adriana Soraya Alexandria Monteiro, pela disposição com que conduziu todo este trabalho.

Aos amigos que ganhei durante essa jornada. Enfim, meu reconhecimento e gratidão a todos os que de alguma forma fizeram parte dessa conquista.

“O temor do Senhor é o princípio do conhecimento, mas os loucos desprezam a sabedoria e o ensino” (Provérbios 1:7)

RESUMO

SILVA, Joiciel dos Reis. **Análise da produção acadêmica sobre habitação de interesse social no Brasil nos programas de pós-graduação de 2010 a 2021.** 2023. 84p. Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Engenharia Civil – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Palmas, 2023.

A habitação de interesse social no Brasil é um tema de grande relevância e complexidade, refletindo desafios profundos e multifacetados no fornecimento de moradias dignas para a população de baixa renda. A questão habitacional no país não se restringe apenas à necessidade de construção de unidades residenciais, mas abrange uma gama de fatores interconectados que vão desde aspectos socioeconômicos até tecnológicos. A análise proposta neste estudo engloba uma variedade de tópicos, desde questões fundamentais, como acessibilidade, até aspectos mais contemporâneos, como o papel da tecnologia da informação na promoção de soluções inovadoras para habitação. Ao examinar criticamente a literatura existente, a pesquisa identifica lacunas significativas, destacando áreas pouco exploradas que demandam maior atenção por parte dos pesquisadores, profissionais e formuladores de políticas. Os dados quantitativos foram extraídos do Banco de Dados de Teses e Dissertações HIS, abordando aspectos como distribuição por níveis de produção científica, regiões, universidades, tipos de instituição, programas de pós-graduação e distribuição temporal. Os resultados qualitativos derivam da análise de 45 trabalhos, abordando contextos, dificuldades, desafios/oportunidades e contribuições. O estudo revela a predominância de dissertações de mestrado e destaca a importância da abordagem multidisciplinar. Também identifica a escassez de estudos referenciando experiências de sucesso e a necessidade de maior interação entre pesquisadores e órgãos públicos. A pesquisa destaca a diversidade temática e multidisciplinaridade das pesquisas, contribuindo para a compreensão do panorama da habitação de interesse social no país. Os resultados apontam para a necessidade de pesquisas futuras que abordem questões específicas, como acessibilidade, eficiência energética, desempenho e patologia, economia, gestão, habitação rural, entre outras, para melhor informar práticas de projeto e políticas públicas nesse domínio complexo. Conclui-se que há uma falta de transferência efetiva de conhecimento do meio acadêmico para o Estado na produção de habitação social no país. Apesar da boa qualidade formal das pesquisas, sugere-se direcionar as áreas pesquisadas de maneira mais eficaz, com preferência por estudos que abordem contextos reais e sejam desenvolvidos em parceria com entidades ligadas à provisão habitacional. O texto também destaca a necessidade de incorporar números estatísticos detalhados para avançar na compreensão e enfrentamento dos desafios habitacionais. Vale salientar que as conclusões apresentadas neste trabalho restringe-se apenas aos trabalhos analisados, não refletindo uma ideia geral a respeito do tema abordado.

Palavras-chave: Habitação de interesse social. Pesquisa acadêmica. Políticas habitacionais.

ABSTRACT

SILVA, Joiciel dos Reis. **Analysis of academic production on social housing in Brazil in graduate programs from 2010 to 2021**. 2023. 84p. Undergraduate Thesis – Bachelor's Degree in Civil Engineering – Federal Institute of Education, Science, and Technology of Tocantins. Palmas, 2023.

Social housing in Brazil is a topic of great relevance and complexity, reflecting profound and multifaceted challenges in providing dignified housing for the low-income population. The housing issue in the country extends beyond the need for residential unit construction, encompassing a range of interconnected factors from socioeconomic to technological aspects. The analysis proposed in this study covers a variety of topics, from fundamental issues such as accessibility to more contemporary aspects like the role of information technology in promoting innovative housing solutions. Through a critical examination of existing literature, the research identifies significant gaps, highlighting less-explored areas that require greater attention from researchers, professionals, and policymakers. Quantitative data were extracted from the HIS Theses and Dissertations Database, addressing aspects such as distribution by levels of scientific production, regions, universities, types of institutions, graduate programs, and temporal distribution. Qualitative results derive from the analysis of 45 works, addressing contexts, difficulties, challenges/opportunities, and contributions. The study reveals the predominance of master's dissertations and underscores the importance of a multidisciplinary approach. It also identifies a scarcity of studies referencing successful experiences and the need for greater interaction between researchers and public agencies. The research highlights the thematic diversity and multidisciplinary nature of studies, contributing to an understanding of the social housing landscape in the country. The results point to the need for future research addressing specific issues such as accessibility, energy efficiency, performance and pathology, economics, management, rural housing, among others, to better inform design practices and public policies in this complex domain. In conclusion, there is a lack of effective knowledge transfer from the academic sphere to the State in the production of social housing in the country. Despite the good formal quality of the research, there is a suggestion to more effectively direct the researched areas, prioritizing studies that address real contexts and are developed in partnership with entities linked to housing provision. The text also emphasizes the need to incorporate detailed statistical numbers to advance understanding and effectively address housing challenges. It is worth noting that the conclusions presented in this work are restricted only to the works analyzed, and do not reflect a general idea regarding the topic addressed.

Keywords: Social housing. Academic research. Housing policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de urbanização no Brasil.....	24
Figura 2 - Déficit habitacional relativo por Unidades Federativas.....	28
Figura 3 - Déficit habitacional relativo e absoluto: persistência	29
Figura 4 - Componentes do déficit e variações regionais.....	30
Figura 5 - Moradias inadequadas por região	31
Figura 6 – Fluxograma da metodologia.....	45
Figura 7 - Esquema dos resultados da pesquisa.	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível da produção acadêmica sobre habitação de interesse social no Brasil	53
Gráfico 2 – Trabalhos sobre habitação de interesse social defendidos entre 2010 e 2021	54
Gráfico 3 - Quantidade de trabalhos de acordo com o tema definido no ano de 2010	55
Gráfico 4 - Quantidade de trabalhos de acordo com o tema definido no ano de 2012	56
Gráfico 5 - Quantidade de trabalhos de acordo com o tema definido no ano de 2015	56
Gráfico 6 - Quantidade de trabalhos de acordo com o tema definido no ano de 2018	57
Gráfico 7 - Quantidade de trabalhos de acordo com o tema definido no ano de 2021	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Residente, por situação do domicílio no Brasil – 1940-2010	23
Tabela 2 - PMCMV - Condições por Faixa de Renda.....	33
Tabela 3 - Metas do Programa Minha Casa Minha Vida por faixa de renda	34
Tabela 4 – PCVA - Condições por Faixa de Renda	36
Tabela 5 - PAR - Condições por Faixa de Renda	37
Tabela 6 - PNHR - Condições por Faixa de Renda	40
Tabela 7 - Temas determinados para a classificação dos trabalhos catalogados.....	47
Tabela 8 - Informações obtidas nos trabalhos catalogados.....	49
Tabela 9 - Aspectos da análise qualitativa dos trabalhos catalogados.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico E Social
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FJP	Fundação João Pinheiro
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
SM	Salário Mínimo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	18
3	JUSTIFICATIVA.....	18
4	OBJETIVOS	19
4.1	Objetivo Geral	19
4.2	Objetivo Específicos	19
5	REVISÃO DE LITERATURA	20
5.1	Vulnerabilidade social: conceitos	20
5.2	Habitabilidade	21
5.3	Crescimento demográfico no Brasil.....	22
5.4	Formação dos núcleos urbanos	25
5.5	Déficit habitacional no Brasil: Análise abrangente.....	26
5.6	Banco Nacional de Habitação (BNH)	32
5.7	Programas habitacionais no Brasil	32
5.7.1	Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)	32
5.7.1.1	<i>Criação e finalidades</i>	33
5.7.1.2	<i>Atribuições</i>	35
5.7.2	Programa Casa Verde e Amarela	35
5.7.3	Programa de Arrendamento Residencial (PAR)	36

5.7.4	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH)	38
5.7.5	Programa Carta de Crédito FGTS	38
5.7.6	Programa Crédito Solidário (PCS).....	39
5.7.7	Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).....	40
5.7.8	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).....	40
5.7.9	Programa Minha Casa Minha Vida Entidades	41
5.8	Ações para melhoria de habitações precárias.....	41
5.9	Tecnologias e processos construtivos	42
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
6.1	Pesquisa bibliográfica	45
6.2	Coleta de dados	46
6.3	Organização dos dados.....	49
6.4	Elaboração dos gráficos	50
6.5	Análise dos dados.....	50
7	RESULTADOS E DISCUSSÕES	52
7.1	Resultados quantitativos.....	53
7.2	Resultados qualitativos.....	58
7.2.1	Acessibilidade	60
7.2.2	Conforto Ambiental e Eficiência Energética	61
7.2.3	Desempenho e Patologia	62

7.2.4	Economia.....	63
7.2.5	Gestão.....	63
7.2.6	Habitação Rural.....	64
7.2.7	História.....	65
7.2.8	Mobiliário.....	66
7.2.9	Patrimônio Histórico e Reabilitação	66
7.2.10	Planejamento Urbano	67
7.2.11	Política Pública.....	68
7.2.12	Projeto de Arquitetura	68
7.2.13	Saneamento Ambiental	69
7.2.14	Sociabilidade	69
7.2.15	Sustentabilidade	70
7.2.16	Tecnologia da Informação.....	70
7.2.17	Tecnologia e Sistemas Construtivos	71
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
9	REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 70 anos, a população mundial mais que dobrou de tamanho, crescendo 169%. Alguns dos efeitos do crescimento populacional são: falta de água potável, saúde da população e aumento da urbanização, por vezes desordenada. Nesse contexto, a explosão populacional da última década, aliado ao desenvolvimento socioeconômico, resultou em um aumento no consumo de água potável de cerca de 1% ao ano (UNESCO, 2021).

Em geral, os assentamentos urbanos e rurais estão ligados através do fluxo de produtos, recursos e pessoas. As ligações urbano-rurais têm importância crucial para a sustentabilidade dos assentamentos humanos. À medida que o crescimento da população rural supera a criação de empregos e oportunidades econômicas, a migração rural-urbana tem aumentado, especialmente nos países em desenvolvimento, exercendo enorme pressão sobre infraestrutura e serviços urbanos frequentemente saturados.

O Brasil, membro da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1948, incluiu a moradia como direito fundamental na Emenda Constitucional 26/2000, que estabelece que "todas as pessoas tem direito a um padrão de vida capaz de prover o bem-estar a si e a sua família, incluindo habitação como um critério para o alcance desse padrão" (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

“O direito à moradia consiste na posse exclusiva e, com duração razoável, de um espaço onde se tenha proteção contra a intempérie e, com resguardo da intimidade, as condições para a prática dos atos elementares da vida: alimentação, repouso, higiene, reprodução, comunhão” (NOLASCO s.d, p.2).

A vulnerabilidade estrutural coloca os edifícios em risco de colapso e aumenta sua propensão a serem severamente afetados no caso de um evento catastrófico. Para Leone e Vinet (2006), tais vulnerabilidades se concentram na análise de edifícios, redes de infraestrutura e na possibilidade de perdas humanas. A vulnerabilidade traduz-se na fragilidade de um determinado sistema e, portanto, quanto mais vulnerável uma edificação, menor sua capacidade de superar tais adversidades.

Edifícios estruturalmente inseguros são aqueles que estão expostos a riscos e não têm capacidade adequada para suportar tais situações. Esses riscos podem surgir de ameaças naturais (eventos sísmicos, inundações e deslizamentos de terra) ou de falhas estruturais causadas por construções de baixa qualidade. Ambos os casos são responsáveis por colocar em risco a

estabilidade estrutural do imóvel e, conseqüentemente, seus ocupantes e o entorno da área construída.

A fragilidade dessas construções está intimamente relacionada ao caráter acelerado e desordenado da urbanização no Brasil. Esse processo, em sua maioria, tem ocorrido sem um planejamento adequado, com graves conseqüências para as cidades brasileiras, como a ocupação de áreas ambientalmente perigosas.

Regulamentação e fiscalização ineficientes, dados de risco e vulnerabilidade desatualizados, ausência de ações de prevenção de riscos e desastres e baixa participação pública local no planejamento urbano agravam a situação de vulnerabilidade. Fica evidente a necessidade de se consolidar uma cultura de defesa civil e de gestão de riscos, principalmente no que diz respeito a implementação de ações de controle e prevenção desastres causados por falta de condições adequadas e segurança das edificações.

Dessa forma, o propósito deste trabalho foi examinar a produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação sobre o tema da habitação de interesse social no Brasil. Reconhecendo que uma discussão sobre o futuro da pesquisa demanda uma compreensão aprofundada de sua evolução e estado atual, torna-se crucial realizar um estudo que forneça indicadores sobre a produção nessa área.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

O presente trabalho, ao identificar uma variedade de questões que envolvem a problemática de habitação de interesse social e ao caracterizá-la tanto qualitativa quanto quantitativamente, tem como objetivo responder à seguinte questão: "Qual é o nível de aplicabilidade atual da produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação sobre habitação de interesse social no Brasil?"

3 JUSTIFICATIVA

O número crescente de pessoas deslocadas em busca de melhores condições de vida e a constante demanda por moradias, tem agravado a crise habitacional em muitas partes do país, mostrando a necessidade de se resolver urgentemente o problema.

O tratamento da precariedade domiciliar (ou moradia autoconstruída) tem como foco a melhoria das condições de vida, buscando a concretização do direito à moradia adequada e o

direito à cidade, bem como um enfoque na dimensão da saúde pública, considerando-se os rebatimentos das condições de insalubridade sobre a saúde das populações residentes em moradias precárias.

Saber identificar edifícios com padrões de construção inseguros que podem levar ao colapso estrutural é fundamental para proteger essas áreas de risco. Portanto, para se ter uma cidade mais resiliente, é necessário garantir a segurança das edificações por meio da adoção de soluções de engenharia (edifícios com padrões construtivos seguros, realocação de casas, contenção de encostas, implantação de sistemas de drenagem, obras de infraestrutura urbana, etc.) e medidas não estruturais relacionadas com políticas públicas (programas de prevenção, ordenamento do território, ações educativas, etc.).

Assim, este trabalho investiga de maneira abrangente e sistemática produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação voltados para a habitação de interesse social no contexto brasileiro. Examinando não apenas a quantidade de estudos produzidos, mas também sua aplicabilidade prática, avaliando como essas pesquisas têm se traduzido em ações efetivas e políticas públicas.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Realizar uma revisão bibliográfica sobre habitação de interesse social no Brasil. O enfoque principal é caracterizar, tanto qualitativa quanto quantitativamente, a produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação brasileiros sobre habitação de interesse social no período de 2010 a 2021.

4.2 Objetivo Específicos

- Identificar as dissertações e teses relacionadas à habitação de interesse social originadas de Programas de Pós-Graduação no país;
- Estabelecer critérios de classificação para os trabalhos catalogados, com o objetivo de realizar uma análise tanto quantitativa quanto qualitativa da produção acadêmica;
- Analisar lacunas, desafios, contextos e contribuições presentes nos trabalhos examinados relacionados ao tema abordado.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 Vulnerabilidade social: conceitos

O conceito de vulnerabilidade social refere-se à condição de risco em que se encontram indivíduos, grupos ou comunidades que apresentam maiores dificuldades para acessar direitos e recursos básicos, como saúde, educação, moradia, emprego, segurança, entre outros. Essa condição é resultado de fatores que geram desigualdades sociais, econômicas e culturais, como a pobreza, a exclusão social, o preconceito, a discriminação, a violência, entre outros.

O conceito é explicado em termos do estado de indivíduos e populações mais ou menos expostos a fatores de exclusão social, o que acaba por revelar o estado de desigualdade social em situações de privação de direitos sociais.

A vulnerabilidade se constitui em situações ou ainda em identidades que podem levar a exclusão social dos sujeitos. Estas situações se originam no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, nos processos discriminatórios, segregacionista engendrados nas construções sócio históricas que privilegiam alguns pertencimentos em relação a outros (PNAS, 2004).

É importante entender que a vulnerabilidade não age sobre um indivíduo isoladamente, mas toda uma comunidade, em diferentes intensidades de cada fator, com uma reprodução territorial.

Algumas características das pessoas em situação de vulnerabilidade social incluem: baixo nível de escolaridade, falta de moradia adequada, baixa renda, falta de acesso a serviços básicos de saúde, segurança e saneamento. Essas pessoas estão mais expostas a riscos e ameaças à sua integridade física e psicológica, e têm menos chances de superar essas dificuldades sem ajuda externa.

A desigualdade social está ligada ao território, marcando os territórios vulneráveis com os piores indicadores sociais e baixa cobertura de acesso aos serviços públicos de saúde e educação, saneamento, segurança, transporte, etc. Portanto, deve-se reconhecer o contexto geográfico que define a vulnerabilidade das populações, sem excluir as características locais (MARANDOLA; HOGAN, 2005).

Para que a discussão sobre vulnerabilidade social avance, é preciso distingui-la do risco social, outro conceito importante nas discussões sobre desenvolvimento social e regional. Ao

contrário do conceito de vulnerabilidade, o risco social está intimamente relacionado à probabilidade. Isso se deve à origem e desenvolvimento do conceito na epidemiologia.

O risco social pode ser entendido como a probabilidade de ocorrência de um fenômeno que fragiliza um indivíduo ou uma comunidade.

Ayres (1999) classificou o conceito de vulnerabilidade, ou seja, a divisão da vulnerabilidade, de acordo com a natureza de cada fator que afeta a sociedade. A classificação foi definida em três dimensões: individual, social e programática.

A vulnerabilidade individual, também conhecida por pessoal, está associada a características e comportamentos que aumentam a chance de contrair o HIV, como sexo desprotegido e compartilhamento de agulhas e materiais cortantes. O componente social da vulnerabilidade está relacionado às características socioeconômicas, culturais e de tomada de decisão.

Para Ayres et al. (2003), a vulnerabilidade programática envolve uma rede de esforços para proteger os indivíduos do risco de infecção pelo HIV. Isso acaba levando à existência de políticas, ações e estruturas para lidar com esse risco, como a presença e aquisição de políticas nacionais de conscientização.

A compreensão do conceito de vulnerabilidade social é fundamental para a formulação de políticas públicas e ações sociais que visem garantir o acesso aos direitos e recursos básicos a todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica.

5.2 Habitabilidade

A habitabilidade, no contexto das moradias, é uma dimensão multifacetada que vai além da simples disponibilidade de um espaço físico. Ela abrange aspectos cruciais que influenciam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. Ao explorar o conceito de habitabilidade, é relevante considerar diversas dimensões, incluindo aspectos físicos, sociais e ambientais, para uma compreensão abrangente.

No âmbito físico, a habitabilidade refere-se à adequação estrutural da moradia para atender às necessidades básicas dos ocupantes. A organização do espaço, a ventilação, a iluminação e a segurança são fatores fundamentais que impactam diretamente a experiência habitacional (Gibson, 2018). Condições deficientes em qualquer um desses elementos pode comprometer a habitabilidade, afetando a saúde e o conforto dos residentes.

No contexto social, a habitabilidade transcende as paredes da residência, englobando o entorno e a comunidade. A presença de serviços públicos, a acessibilidade a transportes e a existência de espaços comunitários influenciam a qualidade de vida dos moradores (Mohit et al., 2017). A interação social e a coesão comunitária são componentes-chave para uma moradia verdadeiramente habitável.

Além disso, a dimensão ambiental da habitabilidade considera a sustentabilidade e o impacto ecológico das moradias. Práticas construtivas sustentáveis, como o uso de materiais ecoeficientes e soluções energéticas renováveis, desempenham um papel crucial na promoção de ambientes habitáveis a longo prazo (UN-Habitat, 2015).

Entender a habitabilidade de uma moradia requer, portanto, uma abordagem holística que leve em conta essas diferentes dimensões. Investir na melhoria da habitabilidade não apenas contribui para o bem-estar individual, mas também para o desenvolvimento sustentável das comunidades e sociedades como um todo.

5.3 Crescimento demográfico no Brasil

O Brasil é um país com um grande crescimento demográfico ao longo dos anos. Desde a década de 1950, o país passou por um grande aumento na sua população, devido principalmente à queda na taxa de mortalidade e ao aumento na taxa de natalidade.

Com a produção do açúcar no Brasil, uma grande mudança na moradia da população começou a se configurar. Essa população era composta principalmente por fazendeiros, que passaram a se desenvolver em torno das áreas produtoras de açúcar, e logo depois, no século XVIII, migraram para a indústria de mineração.

Para Santos (1998), o forte movimento de urbanização observado após o fim da Segunda Guerra Mundial foi acompanhado de elevado crescimento populacional. As razões subjacentes ao aumento das taxas de natalidade e ao declínio da mortalidade infantil são as melhorias na saúde e na qualidade de vida trazidas pela urbanização.

Segundo Becker (2010), apenas 3% da população mundial vivia em cidades em 1800, 6% em 1850 e 14% em 1900. A Revolução Industrial foi a principal responsável pelo aumento da taxa de urbanização no mundo.

Segundo dados fornecidos pelo IBGE (Tabela 1), aproximadamente 69% da população brasileira vivia no meio rural em 1940, de uma população brasileira total de aproximadamente 41.236.315 pessoas. A proporção de pessoas que vivem em áreas urbanas aumentou substancialmente nas décadas seguintes, mas foi somente a partir da década de 1970 que mais

pessoas viviam em áreas urbanas do que em áreas rurais. Segundo dados do IBGE, na década de 1970, o Brasil tinha uma população total de 93.139.037 pessoas, das quais aproximadamente 56% viviam em áreas urbanas

Tabela 1 - População Residente, por situação do domicílio no Brasil – 1940-2010

Ano	Total	Urbana (%)	Rural (%)
1940	41.236.315	31,23	68,77
1950	51.944.407	36,17	63,83
1960	70.070.457	44,67	55,33
1970	93.139.037	55,92	44,08
1980	119.002.706	67,59	32,41
1991	146.825.475	75,59	24,41
1996	157.070.163	78,35	21,65
2000	169.799.017	81,00	19,00
2010	190.732.694	84,36	15,64

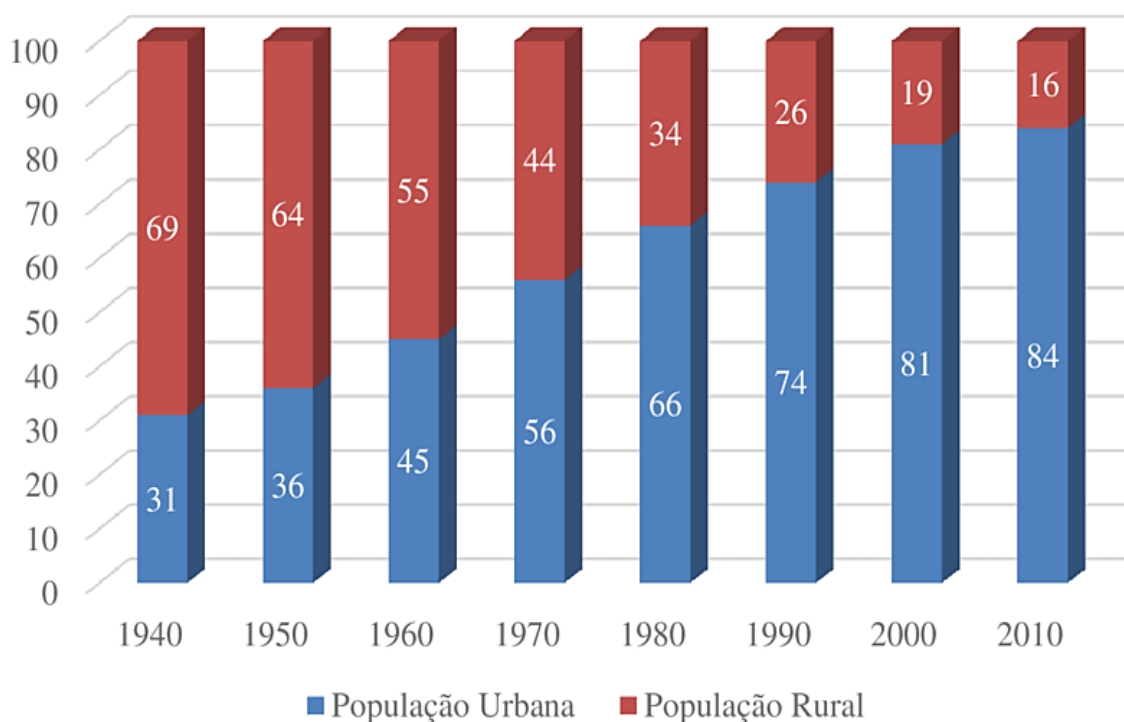
Fonte: IBGE, dados brutos dos censos demográficos 1940/2010

Observa-se que o Brasil era considerado um país agrícola na década de 1960, com uma taxa de urbanização em torno de 45%, e a maior parte da população ainda vivia no campo. Na década de 1980, a proporção da população urbana chegava a 67,59%, enquanto a proporção da população rural era de apenas 32,41%. Segundo dados do IBGE do censo de 2010, aproximadamente 84,36% da população brasileira já vive em áreas urbanas.

Como resultado desse processo, a população rural aumentou aproximadamente 12% nos últimos 60 anos, enquanto a população urbana aumentou mais de 1.000%, passando de 1,3 milhão para 138 milhões (PROENEM, 2022).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira em 2021 era de aproximadamente 213,3 milhões de habitantes. Esse número representa um aumento significativo em relação à população de décadas anteriores: em 1950, a população brasileira era de cerca de 52 milhões de habitantes; em 1980, esse número já havia chegado a 119 milhões de habitantes; e em 2000, o Brasil contava com aproximadamente 174 milhões de habitantes.

A Figura 1 mostra claramente a evolução do processo de urbanização no Brasil desde 1940 até 2010.

Figura 1 - Taxa de urbanização no Brasil

Fonte: IBGE, dados brutos dos censos demográficos 1940/2010

Hoje pode-se dizer que o Brasil é um país urbanizado. O número de pessoas que vivem em áreas urbanas tem aumentado sistematicamente. No entanto, o processo de urbanização no Brasil decorre de mudanças estruturais na economia e na sociedade, sendo, portanto, um processo recente.

A expansão urbana acelerada ocorreu de forma desordenada com pouco ou nenhum planejamento, resultando em um tecido urbano fragmentado social e espacialmente com consequentes problemas econômicos, sociais e ambientais, principalmente nas áreas metropolitanas, mas também é cada vez mais comum nas grandes cidades.

Segundo Santos (2008, p. 11), é preciso entender o processo de urbanização da seguinte forma:

O nível de urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos.

Apesar do grande avanço econômico e tecnológico, as cidades adotaram um modelo de desenvolvimento que agravou as desigualdades na distribuição de bens e serviços e nas condições de vida da população, além de causar degradação socioambiental e poluição severa

que ameaça a sobrevivência. Portanto, esse modelo de desenvolvimento não pode proporcionar uma qualidade de vida melhor e mais igualitária.

A urbanização ocorreu de forma desordenada no Brasil, como evidenciado por Becker (2010) sobre a velocidade da urbanização, sem nenhum planejamento de infraestrutura para reduzir os danos causados pela ocupação em largo escala do espaço urbano.

É importante destacar que o crescimento demográfico no Brasil não é uniforme em todo o território nacional. Algumas regiões apresentam um crescimento mais acelerado, enquanto outras têm uma taxa mais baixa de crescimento ou até mesmo uma redução na população.

5.4 Formação dos núcleos urbanos

O acelerado crescimento populacional nos centros urbanos, o elevado desemprego devido à crise econômica mundial de 1929, aliado ao alto custo do solo urbano e a ausência de uma política pública habitacional, levaram as famílias de baixo poder aquisitivo a buscar moradias nas quais, na maioria das vezes, eram o plano alternativo mais precário.

No Brasil, a formação dos núcleos urbanos teve início com a colonização portuguesa no século XVI, que tinha como objetivo a exploração dos recursos naturais do país. Os primeiros núcleos urbanos foram criados nas regiões litorâneas, próximas aos portos de embarque de mercadorias.

Com o passar do tempo, novos núcleos urbanos foram surgindo em outras regiões do país, impulsionados por atividades econômicas como a mineração, a agricultura, a pecuária, a indústria, entre outras. A formação desses núcleos urbanos foi influenciada por fatores como a disponibilidade de recursos naturais, a localização geográfica, a infraestrutura de transportes e comunicações, entre outros.

Ao longo dos séculos, os núcleos urbanos brasileiros passaram por diversos ciclos de desenvolvimento, que deixaram marcas na sua estrutura e dinâmica. Por exemplo, a fase da industrialização do país, no século XX, levou ao surgimento de grandes centros urbanos industriais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, entre outros.

Para Santos e Silveira (2006), a informalidade no uso do espaço urbano, produto da relação entre segregação e desigualdade, resulta em grande número das populações pobres vivendo em assentamentos instáveis em áreas menos hospitaleiras para os moradores.

O resultado desse processo é o surgimento de comunidades, caracterizadas pela ocupação irregular do entorno e áreas de risco permanente, como ocupação de morros e encostas, áreas ribeirinhas como palafitas no estado do Amazonas.

Segundo a pesquisa de Robaina (2013), as áreas de risco são elementos do espaço urbano que foram historicamente construídos durante sua ocupação e são resultado da relação entre elementos naturais e relações sociais, repletas de desigualdades.

Veiga (2008) relata que esse processo é estrategicamente caracterizado pelas populações mais pobres, constituídas por trabalhadores “formais e informais” (que dispõem de poucos recursos para a compra de materiais), constroem suas moradias, a maioria produzida por meio da autoconstrução.

[...] a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos) (MARICATO, 1982).

A inação do governo exacerbou a escassez de moradias no país para famílias de baixa renda. Além disso, o deslocamento econômico e a inflação acelerada ao longo da década de 1980 até a implantação de um programa real em 1994 inviabilizaram qualquer projeto que envolvesse planejamento financeiro de longo prazo, agravando ainda mais o déficit habitacional.

Atualmente, os núcleos urbanos no Brasil apresentam uma grande diversidade em termos de tamanho, estrutura e dinâmica. Alguns são grandes metrópoles, com milhões de habitantes e uma intensa atividade econômica e cultural, enquanto outros são pequenas cidades, com economias mais voltadas para o setor primário. Em geral, os núcleos urbanos concentram boa parte da população brasileira e são responsáveis por uma parcela significativa do PIB do país.

5.5 Déficit habitacional no Brasil: Análise abrangente

O déficit habitacional, um problema social complexo, afeta várias famílias no mundo, incluindo o Brasil. Este déficit decorre da falta ou inadequação de moradias para atender à demanda populacional. Suas causas são multifacetadas, resultando de fatores econômicos, sociais e políticos.

De acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP) (2014), o déficit habitacional compreende diversos aspectos, como moradias precárias, coabitação e ônus excessivo com

aluguel. A compreensão desse déficit é crucial para o planejamento governamental, fornecendo dados valiosos para avaliar políticas habitacionais e antecipar necessidades futuras.

Criada em 1969, a instituição de pesquisa e ensino que atende pelo nome de Fundação João Pinheiro é afiliada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Consolidada como uma instituição de referência na produção de estudos socioeconômicos, a FJP utiliza metodologias rigorosas para calcular e analisar o déficit habitacional, fornecendo informações valiosas para embasar políticas públicas e estratégias de intervenção (FJP, 2014).

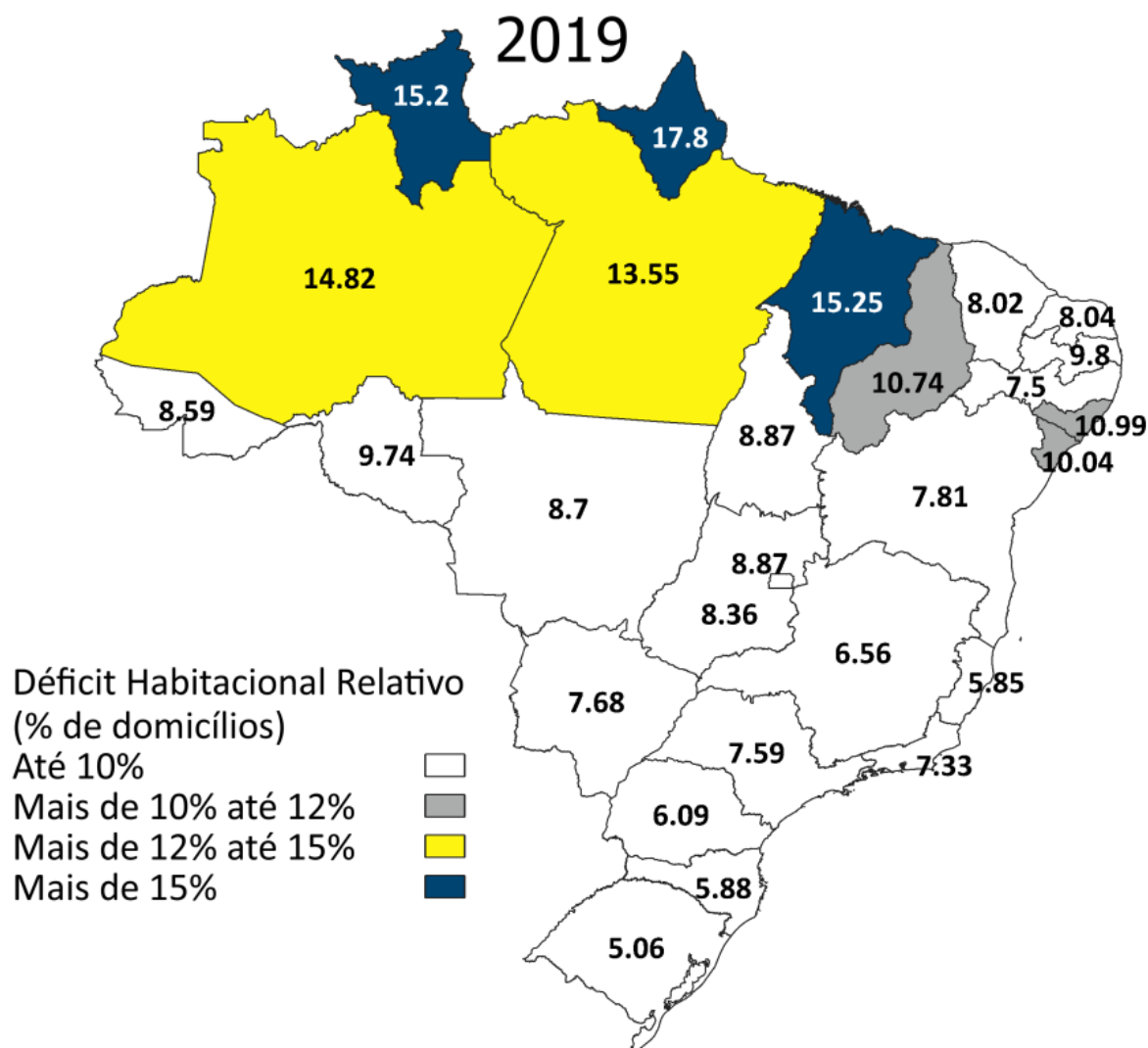
O Brasil, em 2010, enfrentava um déficit habitacional urbano de 5,88 milhões de unidades, correspondendo a 11% dos domicílios permanentes (FJP, 2013). A metodologia oficial de cálculo desse déficit sofreu alterações ao longo do tempo para assegurar resultados mais confiáveis (FJP, 2014). O déficit habitacional atualmente se divide em duas partes: o déficit detectado que exige a construção de novas unidades para atender às necessidades sociais e a inadequação de moradias existentes. Isso envolve critérios como condições construtivas, renda familiar, e densidade habitacional excessiva (FJP, 2014).

Maricato (2009) destaca a importância de reconhecer que muitas habitações não precisam ser substituídas, mas sim aprimoradas para atender às condições adequadas. Dados de 2009 a 2012 revelam mudanças no déficit habitacional, mostrando redução em coabitação e moradias precárias, e aumento nos casos de ônus excessivo com aluguel (FJP, 2014).

O déficit habitacional no Brasil é um problema que afeta milhões de pessoas, agravado pela desigualdade social, falta de políticas habitacionais eficazes e pela pandemia da COVID-19. A situação se concentra especialmente nos grupos de baixa renda, demandando ações efetivas em políticas habitacionais. As famílias que não podem pagar moradias acabam optando pela autoconstrução como alternativa (Maricato, 2009).

Esse quadro exige políticas habitacionais mais assertivas para lidar com a inadequação de moradias e diminuir a disparidade habitacional entre as regiões do país (CAU/RJ, 2021).

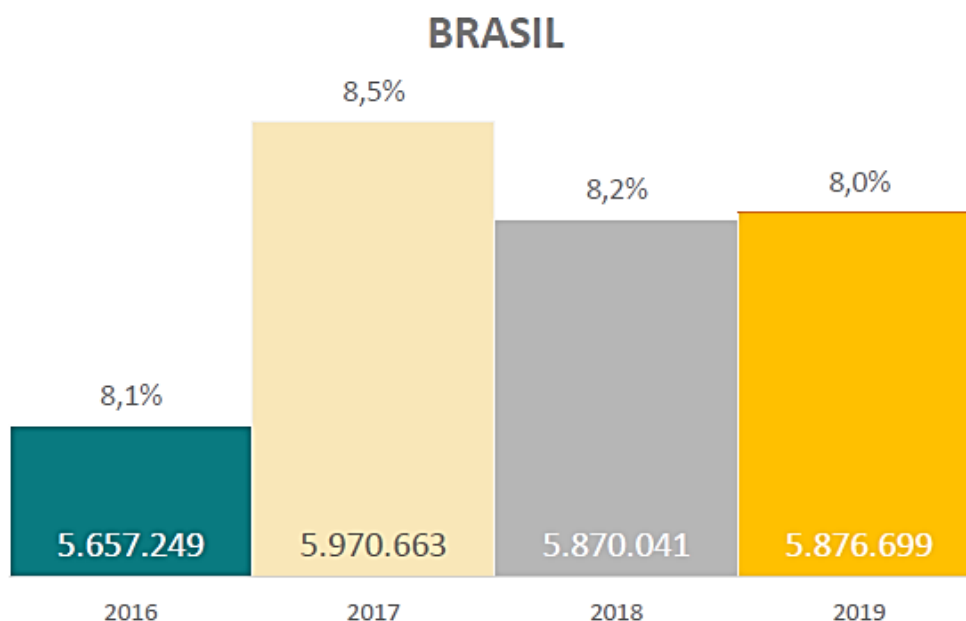
A compreensão do déficit habitacional relativo e absoluto é essencial para avaliar a demanda por moradias no Brasil. Em 2021, o déficit habitacional absoluto era estimado em cerca de 5,9 milhões de unidades. Isso exige estratégias abrangentes para fornecer moradias adequadas para todos os estratos sociais e regiões do país (FJP, 2016-2019; CAU/RJ, 2021). A Figura 2 apresenta o déficit habitacional relativo por Unidades Federativas, revelando disparidades regionais marcantes (FJP, 2016-2019).

Figura 2 - Déficit habitacional relativo por Unidades Federativas

FONTE: Fundação João Pinheiro. (2016-2019)

Olhando para as principais regiões do Brasil, os estados com maiores déficits habitacionais relativos são Roraima, Amapá e Piauí, todos acima de 15%. É seguido por Amazonas e Pará com 14,82% e 13,55%, respectivamente. O terceiro maior déficit está no Piauí, Alagoas e Sergipe, entre 10% e 12%. Outras unidades federais têm déficits habitacionais relativos inferiores a 10%.

Na Figura 3, demonstra o déficit habitacional relativo e absoluto no Brasil entre os anos de 2016 a 2019.

Figura 3 - Déficit habitacional relativo e absoluto: persistência

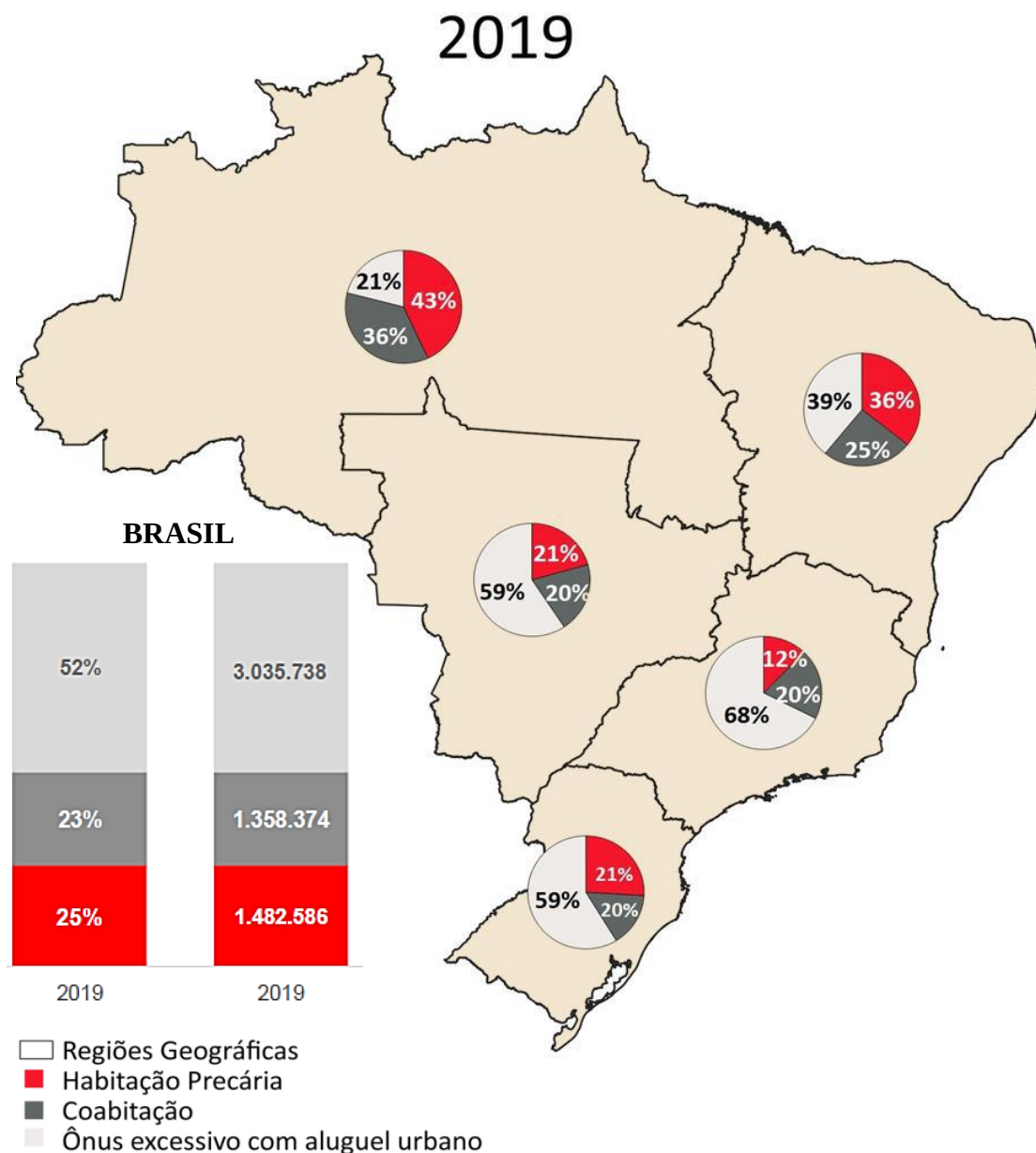
FONTE: Fundação João Pinheiro. (2016-2019)

O déficit habitacional relativo leva em conta o número de famílias que vivem em habitações consideradas inadequadas, ou seja, aquelas que são precárias, estão localizadas em áreas de risco, ou possuem alta densidade habitacional. Segundo dados do IBGE, em 2017, cerca de 8,5% das famílias brasileiras viviam em habitações inadequadas.

Já o déficit habitacional absoluto considera a falta de moradias no país em relação à demanda existente. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional, em 2021, o déficit habitacional absoluto no Brasil era de cerca de 5,9 milhões de domicílios.

Na Figura 4, é possível identificar os componentes do déficit e as variações regionais no ano de 2019.

Figura 4 - Componentes do déficit e variações regionais



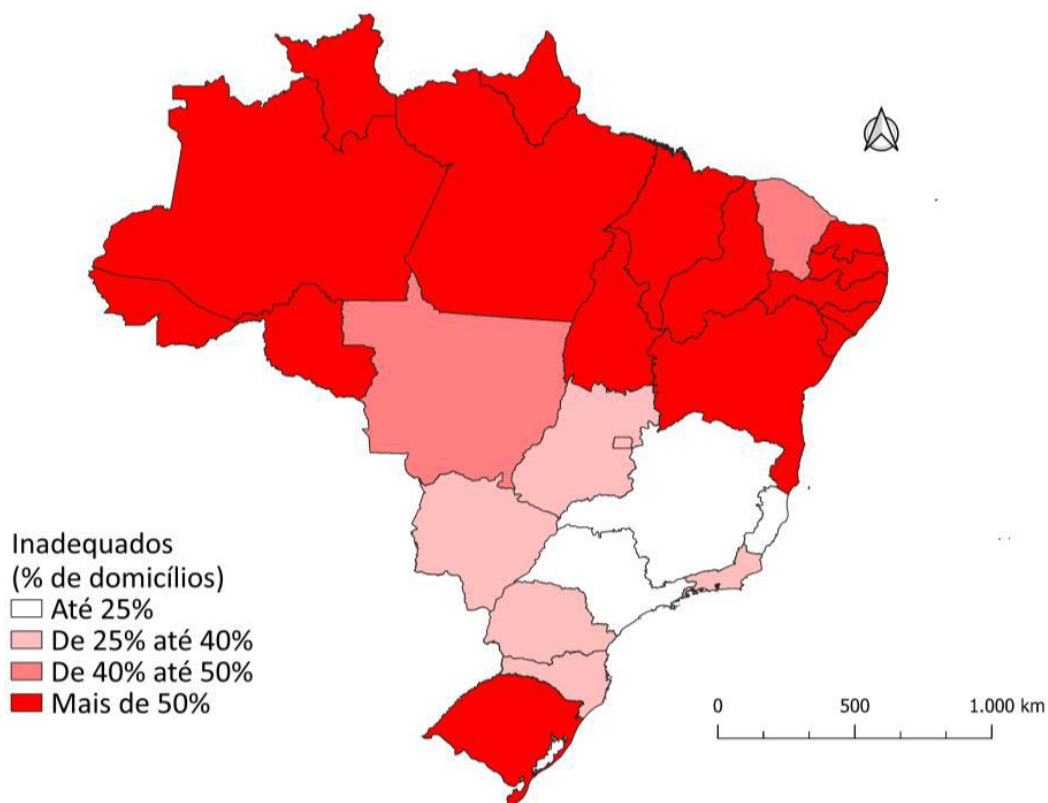
FONTE: Fundação João Pinheiro. (2016-2019)

Os dados mostram que o principal componente do déficit habitacional do Brasil em 2019 é o ônus excessivo com o aluguel urbano. Um total de 3,035 milhões de domicílios ganha menos de três salários mínimos, dos quais mais de 30% são gastos com aluguel, respondendo por 51,7% do déficit nacional total. A segunda é as habitações precárias, com 1,482 milhões de agregados familiares, representando 25,2% do déficit; a última é a habitação em coabitação, com 1,358 milhões de famílias, representando 23,1% do déficit total. O ônus excessivo com os aluguéis urbanos são um dos principais componentes da escassez de moradias em quatro das cinco

regiões geográficas do país. É mais relevante nas regiões Sudeste (67,6% do déficit total, ou 1,545 milhão de domicílios), Centro-Oeste (59,3%, ou 280 mil domicílios) e Sul (58,7%, ou 363 mil domicílios).

Na Figura 5 é possível identificar as regiões com moradias inadequadas.

Figura 5 - Moradias inadequadas por região



FONTE: Fundação João Pinheiro. (2016-2019)

Pode-se ver na figura que a maioria das moradias precárias no país está concentrada na região norte e nordeste, principalmente nas áreas rurais da região. A coabitação familiar é uma modalidade presente tanto nas áreas urbanas do Nordeste quanto nas do Norte. Pesquisa da Fundação João Pinheiro revela o tamanho do desafio para a indústria da construção civil, incluindo arquitetos e urbanistas, no Brasil. O déficit habitacional foi estimado em 5.876.699 domicílios para 2019 (8% do total). Mais 24 milhões de domicílios apresentaram ao menos um tipo de inadequação (infraestrutura, edificações e terrenos) no Brasil (CAU/RJ, 2021).

5.6 Banco Nacional de Habitação (BNH)

O Banco Nacional de Habitação (BNH) surgiu em 1964 como uma entidade financeira brasileira com a finalidade de apoiar financeiramente projetos e empreendimentos voltados para o setor habitacional. Importante destacar que o BNH não se configura como um programa habitacional específico, mas sim como um órgão crucial na promoção de políticas habitacionais no Brasil até o término da década de 1980 (BOTEGA, 2007).

O papel desempenhado pelo BNH envolvia a administração de diversos programas e linhas de crédito, cujo propósito era facilitar o acesso à moradia, impulsionando o desenvolvimento urbano e a construção de unidades habitacionais. Entre as iniciativas notáveis associadas ao BNH destacam-se o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Sistema de Poupança e Empréstimo (SPE).

Após um período de 22 anos de atuação, o BNH foi encerrado por meio do decreto de lei nº 2.291, datado de 21 de dezembro de 1986, assinado pelo então presidente da República, José Sarney. Nesse contexto, vale ressaltar que o referido decreto também transferiu a responsabilidade de coordenar o SFH para a Caixa Econômica Federal e a função reguladora para o Banco Central.

5.7 Programas habitacionais no Brasil

O Brasil implementou diversos programas habitacionais em diferentes esferas (federal, estadual e municipal) ao longo dos anos para atender às demandas e desafios contemporâneos na área de habitação.

5.7.1 Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

O PMCMV, iniciativa federal brasileira desde 2009, visa facilitar o acesso à moradia para famílias de baixa renda, concedendo subsídios para compra, reforma ou construção de imóveis. Gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em parceria com diversos setores, o programa oferece subsídios de até 90% do valor do imóvel, taxas de juros reduzidas e prazos mais longos para pagamento. Com foco na redução do déficit habitacional, o PMCMV abrange áreas urbanas e rurais, proporcionando infraestrutura básica. Para participar, critérios

como renda familiar de até R\$ 7.000,00 devem ser atendidos, e a Caixa Econômica Federal é a instituição financeira responsável.

5.7.1.1 Criação e finalidades

Conforme Silva (2009), o PMCMV, foi criado oficialmente no dia 25 de março de 2009 através da Medida Provisória de Nº 459, e convertida na Lei 11.977 em 7 de julho de 2009.

O PMCMV busca reduzir o déficit habitacional, estimular a economia, promover inclusão social, melhorar a qualidade de vida e estimular a regularização fundiária. Ao direcionar o setor imobiliário para atender à demanda de baixa renda, o programa assume um papel anticíclico, gerando empregos e movimentando a economia.

Segundo Arantes e Fix (2009), quando o Governo Federal criou o PMCMV, o objetivo seria:

[...] dirigir o setor imobiliário para atender à demanda habitacional de baixa renda, que o mercado por si só não alcança. Ou seja, é fazer o mercado habitacional finalmente incorporar setores que até então não tiveram como adquirir a mercadoria moradia de modo regular e formal (ARANTES; FIX, 2009, p.1).

Ferreira (2012, p.40) argumenta que embora o PMCMV seja muito amplo em termos de faixa de renda, “na prática pode ser visto como uma política com diferentes estratégias de atendimento conforme a faixa de renda da população”.

A Tabela 2 apresenta as condições para as faixas de rendas.

Tabela 2 - PMCMV - Condições por Faixa de Renda

FAIXA DE RENDA	CONDIÇÕES
0 a 3 SM	Subsídio integral com isenção do seguro, prestação de até 10% da renda (por 10 anos), prestação mínima de R\$ 50 reais por mês e registro de imóvel no nome da mulher.
3 a 6 SM	Aumento do subsídio parcial em financiamentos com redução dos custos do seguro e acesso ao Fundo Garantidor.
6 a 10 SM	Estímulo à compra com redução dos custos do seguro e acesso ao Fundo Garantidor.

Fonte: Ferreira (2012)

Segundo Villaça (1986, p. 18), “subsídio é a aplicação de recursos públicos sem a expectativa de um retorno. Os moradores das habitações construídas pelo Estado, por não terem condições de cobrir seu preço, pagariam por elas uma quantia menor que esse preço”. O PMCMV declara que seu objetivo principal é apoiar as famílias de baixa renda e concede subsídios em percentuais progressivos, ou seja, proporcionais à menor capacidade financeira do tomador.

Na primeira etapa do PMCMV foram previstas 40% das moradias para a faixa de renda de 0 a 3 SM, esta que compunha 91% da representação do déficit habitacional. Outros 40% das moradias seriam para a faixa de 3 a 6 SM, com apenas 6% do déficit. Os 20% das moradias restantes seriam destinados para a faixa de 6 a 10 SM, representativo de 3% do déficit (BONDUKI, 2009 p. 13).

Para Filho (2015), com essa distribuição das moradias na primeira etapa do PMCMV, os déficit habitacionais das faixas de 3,1 a 6 SM e 6,1 a 10 SM (93% e 95% respectivamente) cairiam drasticamente, quando na faixa de menor renda o déficit diminuiria cerca de apenas seis pontos percentuais, deixando os 91% para cerca de 85%, o que significa uma redução baixíssima frente ao déficit dessa faixa, necessitando assim de muito incentivos públicos para a seu enfrentamento ao longo dos anos (BONDUKI, 2009, P.13).

Conforme a Tabela 3 abaixo, ao final do ano de 2010 o governo já havia cumprido a meta de um milhão de contratações, sendo que 570.000 moradias desse total foram direcionadas às famílias de renda de até 3 SM, sendo assim, cumpriu-se mais que os 40% previstos.

Tabela 3 - Metas do Programa Minha Casa Minha Vida por faixa de renda

Faixa de renda	Déficit habitacional acumulado (nº de casas)	Déficit habitacional acumulado (%)	Realizado na 1ª etapa (nº de casas)	Realizado na 1ª etapa (%)	Déficit acumulado atendido por faixa (%)
0 a 3 SM	6.500.000	91%	570.000	57%	8,7%
3,1 a 6 SM	430.000	6%	285.000	28,5%	66,3%
6,1 a 10 SM	210.000	3%	145.000	14,5%	69,0%

Fonte: Filho (2015)

Para Filho (2015), apesar de os atendimentos às faixas de maior renda ter tido resultados menores que o previsto, conseguiram atender cerca de 70% do que foi previsto para cada uma

dessas faixas. Entretanto, a faixa de menor renda foi atendida com apenas 8,7% do déficit acumulado da faixa, restando ainda um déficit habitacional acumulado de 82,3% para essa faixa.

5.7.1.2 Atribuições

Segundo Silva (2009), a produção das moradias no PMCMV é de inteira responsabilidade das construtoras e/ou incorporadoras contratadas pela CAIXA, sendo dever das mesmas entregar as residências concluídas e legalizadas. Durante todo o processo, do início da construção até a quitação das parcelas pelo mutuário, as residências permanecem no patrimônio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). As atribuições do programa abrangem o financiamento de imóveis, subsídios para famílias de baixa renda, financiamento de construção de moradias, regularização fundiária, assistência técnica e incentivos para a produção de moradias populares.

Focado em atender famílias de baixa renda, o PMCMV desempenha um papel significativo na redução do déficit habitacional no Brasil.

5.7.2 Programa Casa Verde e Amarela

O Programa Casa Verde e Amarela (PCVA) foi lançado em 2020 como uma evolução do Programa Minha Casa Minha Vida, buscando ampliar o acesso à moradia digna para a população brasileira. O PCVA mantém o foco nas famílias de baixa renda, mas apresenta algumas modificações e novas diretrizes em relação ao seu antecessor (Gov.br, 2022)

O surgimento do Programa Casa Verde e Amarela foi uma resposta às demandas habitacionais do país, visando não apenas a construção de novas moradias, mas também a regularização fundiária e a melhoria das condições de vida nas áreas urbanas e rurais. O programa busca, assim, enfrentar o déficit habitacional e promover o desenvolvimento sustentável.

O PCVA contempla três faixas de renda, que determinam as condições de financiamento e subsídios oferecidos aos beneficiários (Tabela 4).

Tabela 4 – PCVA - Condições por Faixa de Renda

FAIXA DE RENDA	CONDIÇÕES
Faixa 1	Destinada a famílias com renda de até R\$ 2.000,00. Nessa faixa, as condições incluem subsídios significativos, possibilitando o acesso à moradia com prestações bastante reduzidas.
Faixa 1.5	Para famílias com renda de até R\$ 2.600,00, esta faixa apresenta condições específicas de financiamento, visando atender a uma parcela da população que, embora tenha renda um pouco mais elevada, ainda enfrenta dificuldades para adquirir uma moradia.
Faixa 2	Compreende famílias com renda de até R\$ 4.000,00. Nessa faixa, o programa oferece subsídios menores, refletindo uma capacidade de pagamento um pouco maior por parte dos beneficiários.
Faixa 3	Destinada a famílias com renda de até R\$ 7.000,00, esta faixa é voltada para aqueles que têm uma capacidade de pagamento mais consolidada. Aqui, as condições de financiamento são mais próximas das praticadas pelo mercado, com taxas de juros e prazos alinhados a essa realidade.

Fonte: Gov.br (2020)

Em resumo, o Programa Casa Verde e Amarela representa uma estratégia do governo brasileiro para abordar as questões habitacionais, englobando diferentes faixas de renda e promovendo a inclusão social por meio do acesso à moradia adequada.

5.7.3 Programa de Arrendamento Residencial (PAR)

O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) é uma iniciativa do governo brasileiro que surgiu com o objetivo de oferecer alternativas de moradia para a população de baixa renda. Criado em 2001, o PAR é administrado pela Caixa Econômica Federal, uma das principais instituições financeiras do país.

O programa busca facilitar o acesso à moradia por meio do arrendamento de imóveis, permitindo que famílias de baixa renda tenham uma moradia digna. O sistema de arrendamento funciona de forma que as famílias possam alugar o imóvel com a possibilidade de, ao final de determinado período, terem a opção de adquiri-lo (Caixa, 2021).

O PAR contempla diferentes faixas de renda, sendo uma alternativa para famílias que não se enquadram em outras modalidades de financiamento habitacional. As faixas de renda atendidas pelo programa variam, permitindo que famílias com diferentes níveis de rendimento possam participar e usufruir das condições oferecidas pelo PAR.

Além de proporcionar moradia para a população de baixa renda, o PAR contribui para o aquecimento do mercado imobiliário e para a geração de empregos na construção civil, uma vez que incentiva a oferta de novas unidades habitacionais.

As faixas de renda no PAR são categorizadas de acordo com a capacidade financeira das famílias participantes (Tabela 5).

Tabela 5 - PAR - Condições por Faixa de Renda

FAIXA DE RENDA	CONDIÇÕES
Até R\$ 1.800,00	Destinada às famílias de menor renda, essa faixa busca oferecer condições acessíveis para o arrendamento de imóveis.
Entre R\$ 1.800,01 e R\$ 2.600,00	Voltada para famílias com renda um pouco mais elevada em comparação com a Faixa 1,5, essa categoria busca atender à demanda de grupos que, embora não se enquadrem na Faixa 1, ainda necessitam de apoio para garantir acesso à moradia.
Entre R\$ 2.600,01 e R\$ 4.000,00	Direcionada a famílias com uma capacidade financeira um pouco maior, a Faixa 2 visa proporcionar condições favoráveis para o arrendamento, tornando possível a inclusão de mais pessoas em busca de soluções habitacionais.
Entre R\$ 4.000,01 e R\$ 7.000,00	Destinada a famílias com uma renda mais substancial, a Faixa 3 busca abranger um grupo que, embora possa acessar outras formas de financiamento, ainda encontra no PAR uma opção que se alinha às suas necessidades específicas.

Fonte: Caixa (2021)

5.7.4 Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH)

O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) faz parte das políticas públicas voltadas para a habitação no Brasil. O PSH tem como objetivo fornecer subsídios financeiros para facilitar o acesso à moradia digna, principalmente para famílias de baixa renda (COHAB, 2010).

Segundo Cohab (2010), o programa opera por meio da concessão de subsídios diretos ou indiretos, visando tornar as moradias mais acessíveis financeiramente para a população de baixa renda. Esses subsídios podem ser aplicados em diversas formas, como a redução do valor do financiamento habitacional, isenção ou redução de taxas, ou mesmo subsídios diretos para aquisição ou construção de habitações.

É importante ressaltar que as características específicas do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, incluindo critérios de elegibilidade, valores de subsídios e demais detalhes, podem variar ao longo do tempo e conforme as políticas habitacionais adotadas pelo governo.

5.7.5 Programa Carta de Crédito FGTS

O Programa Carta de Crédito FGTS não segue um sistema de faixas de renda semelhante a outros programas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida. A Carta de Crédito FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) é uma modalidade de financiamento habitacional no Brasil que utiliza recursos do FGTS para viabilizar a aquisição da casa própria. O FGTS é um fundo ao qual os trabalhadores brasileiros têm direito e que é alimentado por depósitos mensais feitos pelos empregadores em nome de seus funcionários (FGTS, 2023).

Segundo o FGTS (2023), o acesso ao financiamento por meio da Carta de Crédito FGTS está mais relacionado às condições do trabalhador e aos critérios específicos do programa, e não necessariamente a uma estratificação por faixas de renda. Algumas das condições gerais incluem:

- Ser trabalhador com conta ativa no FGTS.
- Apresentar um tempo mínimo de trabalho sob o regime do FGTS.
- Não ser proprietário de imóvel no município onde pretende usar o financiamento.

O programa de Carta de Crédito FGTS possibilita que os beneficiários utilizem parte dos recursos acumulados em suas contas do FGTS para o financiamento de imóveis. A carta de

crédito é emitida pela instituição financeira responsável pelo financiamento e serve como garantia para a aquisição do imóvel.

Essa modalidade de financiamento costuma ser uma alternativa interessante para trabalhadores que possuem saldo disponível em suas contas do FGTS e desejam utilizar esses recursos para a compra da casa própria. O valor disponível na Carta de Crédito FGTS pode ser usado para dar entrada no financiamento ou abater parte do valor total do imóvel.

5.7.6 Programa Crédito Solidário (PCS)

O PCS foi introduzido em 2004 como resposta às demandas dos movimentos populares. Durante o período de 2004 a 2011, quando o programa foi encerrado, mais de 300 projetos foram aprovados, totalizando mais de 21 mil unidades habitacionais.

O primeiro contrato assinado data de julho de 2005, um ano após o lançamento do programa, demonstrando as dificuldades iniciais para operacionalizar um programa novo, cujos agentes proponentes (as associações comunitárias e cooperativas) não representavam os tradicionais agentes com os quais o corpo burocrático da Caixa Econômica Federal (CEF) costumava rotineiramente operar (FERREIRA, 2014).

O objetivo principal do programa era oferecer financiamento habitacional para famílias de baixa renda, definidas como aquelas com uma renda bruta mensal de até R\$1.125,00, ou para famílias com renda bruta mensal entre R\$1.125,00 e R\$1.900,00, com limitações específicas, como 10% da composição do grupo associativo ou 35% da composição do grupo associativo em municípios das regiões metropolitanas. Esses grupos eram organizados em associações, cooperativas, sindicatos ou entidades da sociedade civil organizada (UNMP, 2016).

Apesar dos resultados positivos, conforme mencionado por Drago (2011), o Programa possuía uma natureza experimental em seu formato original. Isso ocorreu porque o Agente Financeiro (CEF) tinha receio de possíveis prejuízos. Dessa forma, a concepção inicial do PCS era caracterizada por um formato artesanal, com a construção de unidades de baixíssimo custo em pequenos municípios. As assessorias técnicas não eram remuneradas, e o trabalho era realizado por meio da participação de estudantes e professores universitários, entre outros aspectos que ressaltavam o caráter experimental atribuído pelo Estado a esse programa.

5.7.7 Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) foi criado no Brasil com o objetivo de proporcionar condições para que famílias de baixa renda que vivem em áreas rurais possam ter acesso à moradia digna. Este programa é voltado para a construção, reforma ou ampliação de habitações rurais (CAIXA, 2023)

O PNHR foi instituído pelo Governo Federal brasileiro e integra as ações do Programa Minha Casa Minha Vida, que visa a facilitar o acesso à moradia para diferentes segmentos da população. O PNHR busca atender especialmente trabalhadores rurais, agricultores familiares e comunidades tradicionais que enfrentam dificuldades no acesso à habitação.

Segundo a Caixa (2023), os beneficiários do PNHR são agricultores familiares e trabalhadores rurais, organizados por intermédio de uma entidade representativa dos beneficiários e são qualificados em três grupos em função da faixa de renda familiar anual bruta (Tabela 6).

Tabela 6 - PNHR - Condições por Faixa de Renda

FAIXA DE RENDA	CONDIÇÕES
Grupo 1	renda de até R\$ 17.000,00
Grupo 2	renda entre R\$ 17.000,01 a 33.000,00
Grupo 3	renda entre R\$ 33.000,01 a 78.000,00

Fonte: Caixa (2023)

O surgimento do PNHR ocorreu como uma resposta à necessidade de melhorar as condições habitacionais em áreas rurais e proporcionar dignidade aos habitantes dessas regiões. O programa visa não apenas à construção de moradias, mas também à promoção de desenvolvimento sustentável no campo, considerando as particularidades e desafios enfrentados pelas populações rurais.

5.7.8 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) surgiu no cenário político brasileiro em 2007 como uma iniciativa abrangente para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país. Lançado em janeiro daquele ano, o PAC representou um esforço significativo

para enfrentar desafios relacionados à infraestrutura e promover investimentos em setores estratégicos (BNDES, 2011)

Segundo o BNDES (2011), o programa não estava diretamente vinculado a faixas de renda, ao contrário de iniciativas sociais como o Bolsa Família. Em vez disso, focava em investimentos maciços em projetos de infraestrutura, abrangendo áreas como transporte, habitação, saneamento e energia. O objetivo era não apenas fortalecer a competitividade econômica do Brasil, mas também reduzir as disparidades regionais e promover o crescimento sustentável.

Em 2016, durante o governo de Michel Temer, o PAC foi oficialmente extinto e seus projetos foram incorporados ao Plano Plurianual (PPA). Desde então, o termo "PAC" não é mais utilizado como uma iniciativa específica do governo federal.

5.7.9 Programa Minha Casa Minha Vida Entidades

O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades representa uma importante vertente do programa habitacional brasileiro, focado em atender a demanda por moradias para famílias de baixa renda, especialmente aquelas vinculadas a movimentos sociais e entidades sem fins lucrativos. O programa foi implementado no contexto do Programa Minha Casa Minha Vida, uma iniciativa governamental que busca proporcionar o acesso à moradia digna para a população de baixa renda no Brasil.

No que diz respeito à faixa de renda, o programa visa atender principalmente famílias de baixa renda, enquadrando-se nas faixas mais baixas estabelecidas pelo governo. As faixas de renda são periodicamente ajustadas para se adequarem à realidade econômica do país e garantir que o programa alcance seu objetivo de inclusão social por meio do acesso à moradia.

5.8 Ações para melhoria de habitações precárias

Intervenções em áreas urbanas degradadas são complexas não apenas do ponto de vista físico, mas principalmente quanto às relações sociais. É necessário compreender as expectativas das pessoas envolvidas, as suas competências e potencialidades, não esquecendo de descrever o nível e a forma de organização da comunidade local. Outro componente importante relacionado ao atendimento habitacional é a identificação da vulnerabilidade e das necessidades coletivas e

individuais. Afinal, a situação pode ser caracterizada pela necessidade de um bem material ou pela necessidade de algum tipo de serviço.

Existem diversos tipos de trabalhos que podem ser desenvolvidos para a melhoria de habitações precárias, como por exemplo:

1. Reforma e adaptação da habitação: Uma opção é reformar e adaptar a habitação para melhorar a sua infraestrutura e condições de habitabilidade. Isso pode envolver a substituição de materiais e instalações precárias, instalação de sistemas elétricos e hidráulicos, melhorias na ventilação e iluminação, entre outros.
2. Construção de novas moradias: Em alguns casos, a construção de novas moradias pode ser necessária para a melhoria das condições de vida da população. É importante que essas novas construções sejam feitas com materiais adequados e que atendam às necessidades básicas de habitação.
3. Regularização fundiária: Em muitos circunstâncias, a falta de regularização fundiária é um problema que impede a melhoria das habitações precárias. A regularização fundiária pode garantir a segurança jurídica da posse do terreno, o acesso a serviços básicos, como água e energia elétrica, e a possibilidade de obtenção de financiamentos para melhorias habitacionais.
4. Programas habitacionais: A implementação de programas habitacionais pode ser uma alternativa para a melhoria das condições de vida da população em situação de precariedade habitacional. Esses programas podem incluir a construção de novas moradias, reforma de habitações existentes, regularização fundiária, entre outras ações.
5. Melhoria das condições sanitárias: A melhoria das condições sanitárias é fundamental para a saúde e bem-estar dos moradores de habitações precárias. Isso pode incluir a instalação de banheiros, fossas sépticas, rede de esgoto, entre outras melhorias.

Essas são apenas algumas das possibilidades de trabalhos que podem ser desenvolvidos para a melhoria de habitações precárias. É importante ressaltar que a solução para esse problema é complexa e exige um esforço conjunto de governos, organizações da sociedade civil, empresas e população em geral.

5.9 Tecnologias e processos construtivos

O problema do déficit habitacional é uma questão de extrema gravidade que afeta milhões de pessoas globalmente. No Brasil, conforme apontam dados do IBGE, mais de 6,3

milhões de famílias enfrentam a carência de moradias adequadas. Nesse contexto desafiador, a aplicação de tecnologias e métodos construtivos emerge como uma solução promissora para a construção de habitações populares e a mitigação do déficit habitacional. Essas inovações não apenas asseguram eficiência, qualidade e sustentabilidade na construção, mas também desempenham um papel crucial na redução dos custos e minimização do impacto ambiental.

Entre as tecnologias em destaque, a construção modular surge como uma abordagem revolucionária na construção de moradias populares. Ao empregar módulos pré-fabricados em indústrias, transportados e montados no canteiro de obras, essa técnica proporciona uma construção mais ágil e economicamente vantajosa, minimizando consideravelmente os resíduos gerados. Além disso, a adaptabilidade dos módulos às necessidades e especificações do projeto confere uma personalização eficiente.

Outra técnica inovadora com potencial para contribuir significativamente para a redução do déficit habitacional é a alvenaria estrutural. Ao utilizar blocos de concreto ou cerâmicos para a construção de paredes, eliminando a necessidade de vigas e colunas de concreto armado, essa abordagem não apenas acelera o processo construtivo, mas também reduz custos e resíduos, destacando-se como uma alternativa sustentável.

A construção em estrutura metálica, por sua vez, desponta como uma opção eficaz na construção de moradias populares. A utilização dessas estruturas proporciona rapidez e eficiência na construção, ao mesmo tempo em que o aço, material durável e resistente, proporciona segurança e qualidade às edificações.

Além da adoção de tecnologias específicas, é imperativo incorporar processos construtivos que priorizem eficiência e qualidade. A gestão eficaz de resíduos, o emprego de mão de obra qualificada, o controle rigoroso da qualidade dos materiais e fidelidade às normas técnicas e de segurança são elementos cruciais para garantir a durabilidade, segurança e a redução dos custos e impactos ambientais associados à construção.

Outro aspecto vital a ser considerado na construção de habitações populares é a exploração de materiais alternativos. Tijolos de solo-cimento, madeira proveniente de reflorestamento, telhas ecológicas, entre outros materiais, não apenas reduzem os custos, como também promovem a sustentabilidade e a preservação ambiental.

A integração de fontes de energia renovável representa uma alternativa fascinante na construção de moradias populares, conferindo um caráter eco-friendly ao processo construtivo. Essa abordagem não só contribui para a sustentabilidade ambiental, mas também pode

representar uma economia a longo prazo, aliviando os custos associados ao consumo de energia convencional.

Em síntese, a combinação estratégica de tecnologias inovadoras, processos construtivos eficientes, materiais alternativos e o aproveitamento de energias renováveis surge como um panorama promissor para enfrentar o desafio do déficit habitacional, proporcionando não apenas moradias dignas, mas também soluções sustentáveis e economicamente viáveis.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para endossar este trabalho consiste em levantamentos bibliográficos relacionados ao assunto proposto, e também na apresentação de dados obtidos junto a instituições públicas e privadas.

No tocante a metodologia, quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada como descritiva, pois, além da análise de dados estatísticos, também busca analisar a efetividade das políticas públicas na garantia dos direitos fundamentais por meio de levantamentos bibliográficos e documental, além da análise de dados estatísticos.

No que se refere à abordagem, o artigo é qualitativo, pois busca dar explicações sobre temas subjetivos, como também se configura como quantitativo, utilizando estatísticas para subsidiar a pesquisa, além de ferramentas como gráficos e tabelas.

Quanto aos métodos e técnicas de pesquisa, o estudo caracteriza-se por uma revisão bibliográfica, uma vez que é concebido a partir da síntese do conteúdo da literatura existente sobre o tema, além de ser também uma pesquisa documental, uma vez que também tem como fontes leis, regulamentos e estatísticas.

A metodologia desse trabalho consiste em cinco (5) etapas conforme a Figura 6.

Figura 6 – Fluxograma da metodologia



Fonte: Autor (2023)

6.1 Pesquisa bibliográfica

A revisão da literatura proporciona os elementos essenciais para estabelecer o panorama da evolução do conhecimento acerca da habitação de interesse social no país. No escopo desta análise, a produção acadêmica gerada por programas de pós-graduação desempenha um papel central. Isso abrange tanto as teses e dissertações catalogadas como foco deste estudo, quanto aquelas que se mostraram pertinentes para a investigação.

Além das contribuições acadêmicas, outras formas de publicações científicas, como livros, artigos de periódicos nacionais e internacionais, bem como os apresentados em conferências, constituíram a base informacional desta pesquisa. Além disso, a avaliação

estendeu-se para sites e periódicos especializados, que são editados por organizações do setor e entidades governamentais.

Por meio dessa análise, foi possível não somente acessar dados estatísticos e informações econômicas, mas também acompanhar as diversas discussões que profissionais têm proposto acerca desse tema. Os resultados emergentes dessa fase contribuem para o capítulo de embasamento teórico, que englobou a delimitação de conceitos essenciais para a compreensão do contexto da pesquisa, bem como a caracterização dos programas de pós-graduação vinculados ao domínio da construção civil.

6.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada em três diferentes bases distintas: Banco de Teses e Monografias da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Órgãos Públicos.

A Capes no seu Banco de Teses é a mais completa das bases. Ela pode ser acessada *online* e permite a consulta de informações sobre dissertações defendidas em programas de pós-graduação. As instituições fornecem nomes de autores, títulos, e-mails de autores, palavras-chave, áreas de conhecimento, banca examinadora, linhas de pesquisa, agência financiadora, idioma, dependência administrativa e o resumo de cada trabalho.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, disponibiliza informações eletrônicas como autores, títulos de trabalhos, colaboradores, instituição de defesa, assuntos e os arquivos completos das teses e dissertações, existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras.

Quanto aos órgãos públicos, o município possui diversas secretarias e autarquias responsáveis municipais.

Foram empregadas as seguintes expressões como termos de pesquisa: habitação popular, habitação social, habitação de interesse social, habitação econômica, habitação, qualidade do projeto habitacional, política habitacional, casa popular e conjunto habitacional. Esses termos delinearão o conjunto de resumos que será objeto de análise.

Os resultados das informações foram consolidados e examinados considerando sua frequência e proporção, desdobrados por anos, níveis acadêmicos, programas de pós-graduação, instituições universitárias, unidades federativas e regiões do Brasil.

Para identificar os temas subjacentes nos trabalhos catalogados, além de procurar áreas afins em instituições reconhecidas, a leitura prévia dos resumos desempenhou um papel crucial na determinação dos temas definitivos. Com base nas afinidades presentes em cada trabalho, inicialmente foram categorizados 24 temas, posteriormente reestruturados para 17 (conforme apresentado na Tabela 7). Alguns tópicos receberam denominações revisadas e outros foram agrupados sob um novo tema.

Tabela 7 - Temas determinados para a classificação dos trabalhos catalogados

TEMAS	
1. Acessibilidade	2. Conforto Ambiental e Eficiência Energética
3. Desempenho e Patologia	4. Economia
5. Gestão	6. Habitação Rural
7. História	8. Mobiliário
9. Patrimônio Histórico e Reabilitação	10. Planejamento Urbano
11. Política Pública	12. Projeto de Arquitetura
13. Saneamento Ambiental	14. Sociabilidade
15. Sustentabilidade	16. Tecnologia da Informação
17. Tecnologia e Sistemas Construtivos	

Fonte: Autor (2023)

Os critérios adotados para agrupar os temas foram os seguintes:

1. **Acessibilidade:** Engloba trabalhos que abordam a acessibilidade de edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, visando a utilização segura e autônoma.
2. **Conforto Ambiental e Eficiência Energética:** Reúne estudos relacionados aos princípios físicos e necessidades ambientais, como conforto térmico, acústico, luminoso e ergonomia. A maioria desses trabalhos também está ligada à otimização do uso de fontes de energia.
3. **Desempenho e Patologia:** Inclui avaliações de desempenho de projetos e empreendimentos, bem como estudos sobre danos ocorridos em edificações. A união dessas áreas se justifica pela análise do comportamento das edificações.
4. **Economia:** São abordados tópicos que englobam o planejamento e custos na construção, assim como o financiamento habitacional. Essa categoria compõe os trabalhos relacionados à dimensão financeira e de capital na área da habitação.
5. **Gestão:** Abrange estudos relacionados à gestão da cadeia de suprimentos, avaliação e certificação, sustentabilidade no canteiro de obras, produtividade da mão de obra, gestão empresarial, processo de projeto e autogestão.

6. Habitação Rural: Trata dos trabalhos voltados para unidades habitacionais em áreas rurais.

7. História: Compreende trabalhos que exploram a história, tradição, processos e eventos passados.

8. Mobiliário: Refere-se a estudos sobre design de móveis, relação usuário-mobiliário e impacto do mobiliário no layout residencial.

9. Patrimônio Histórico e Reabilitação: Inclui trabalhos de revitalização, caracterização e propostas para centros históricos, bem como reabilitação de edifícios nesses contextos.

10. Planejamento Urbano: Classifica estudos sobre urbanismo, legislação urbana, projeto urbano e paisagístico, focando na organização e intervenção no espaço urbano.

11. Política Pública: Trata de trabalhos relacionados a políticas habitacionais, saneamento e outras políticas sociais.

12. Projeto de Arquitetura: Envolve estudos que discutem qualidade, metodologias e avaliação de diversos aspectos do projeto, incluindo pós-ocupação e satisfação do cliente.

13. Saneamento Ambiental: Inclui estudos sobre tratamento de esgoto, fornecimento de água, limpeza pública e coleta de lixo.

14. Sociabilidade: Aborda as relações sociais cotidianas e a vivência no ambiente construído.

15. Sustentabilidade: Reúne trabalhos que avaliam o consumo energético na produção de componentes construtivos, prazo de vida das edificações, impactos ambientais de materiais e processos construtivos, entre outros aspectos.

16. Tecnologia da Informação: Engloba estudos sobre comunicação de dados, acessibilidade a informações e sistemas de processamento.

17. Tecnologia e Sistemas Construtivos: Inclui inovação e avaliação de materiais, processos e opções tecnológicas para edificações.

Essa estruturação dos temas proporciona uma visão mais organizada e clara das categorias que permeiam a análise.

Para a categorização de cada trabalho, o processo teve início com a leitura do título e resumo. No caso de ambiguidades, a determinação do tema foi orientada pelo objetivo geral do trabalho.

As diretrizes para a coleta das informações necessárias sobre os trabalhos catalogados seguiram as especificações da NBR 6023 (Informação e documentação – Referências – Elaboração) para a elaboração de referências de monografias em meio eletrônico. Além dos

dados requeridos por essa norma, foram adicionadas informações complementares (indicadas na Tabela 8) para enriquecer e facilitar a pesquisa.

Tabela 8 - Informações obtidas nos trabalhos catalogados

INFORMAÇÕES DOS TRABALHO	
1. Autor	2. Título
3. Universidade	4. Faculdade
5. Programa	6. Área de concentração
7. Nível	8. Local
9. Data	10. Disponível em
11. Acesso em	12. Tema
13. Palavras-chaves	14. Resumo

Fonte: Autor (2023)

As informações relativas às Áreas de Concentração foram obtidas com base nas diretrizes da Capes para todos os cursos de Pós-Graduação recomendados e reconhecidos por esse órgão.

6.3 Organização dos dados

O processo de análise quantitativa envolveu a organização e a quantificação dos dados coletados, resultando na contabilização de 45 trabalhos.

No que diz respeito ao procedimento de análise qualitativa, foi constatado que a análise não pôde ser realizada pela simples leitura dos resumos, já que muitos deles eram sucintos e não forneciam uma visão completa do conteúdo de cada trabalho.

Ao todo, foram 45 teses e dissertações, das quais somente 40 dispunham de seus arquivos digitalizados na íntegra. O procedimento de análise qualitativa foi conduzido através da leitura desses 40 trabalhos catalogados.

Tendo como base a perspectiva de Megid (1999), que salienta que apenas com a leitura integral ou parcial do texto final de uma tese ou dissertação se podem discernir aspectos como resultados, subsídios e sugestões metodológicas, a caracterização qualitativa dos trabalhos derivou da análise dos capítulos de Introdução e Conclusão.

Para viabilizar a visualização dos resultados, os trabalhos foram agrupados conforme as áreas temáticas determinadas na Tabela 9. Durante a exploração de cada trabalho, foram avaliados quatro aspectos estabelecidos pelo próprio autor.

Tabela 9 - Aspectos da análise qualitativa dos trabalhos catalogados

ASPECTO	RESPONDENDO À PERGUNTA
Contextos	Qual a condição almejada para o contexto?
Contribuições	Qual o avanço no tema, obtido com a elaboração do trabalho?
Desafios/Oportunidades	Qual é a demanda de novas pesquisas que darão continuidade ao trabalho do autor?
Dificuldades	O que o autor aponta como dificuldade para o desenvolvimento da sua pesquisa?

Fonte: Autor (2023)

As informações extraídas de cada trabalho foram organizadas em tabelas no software Microsoft Office Excel. Nessa planilha, os grupos de trabalhos foram identificados com base nos temas de classificação e organizados de acordo com os aspectos de avaliação definidos pelo autor da pesquisa. Isso possibilitou a identificação de características comuns entre os trabalhos e a delimitação de indicativos sobre suas particularidades. Aspectos de análises que não puderam ser identificados foram destacados por meio de cores distintas.

6.4 Elaboração dos gráficos

A criação dos gráficos foi realizada tendo como fundamento os resultados previamente adquiridos.

Dentre os diversos tipos de gráficos disponíveis, optou-se pelo gráfico de barras, devido sua eficácia notável na representação visual e comparação de valores distintos. Este método de representação gráfica permitiu uma análise mais detalhada e facilitou a interpretação das relações e discrepâncias entre os dados, contribuindo assim para uma compreensão mais abrangente e aprofundada do conjunto de informações.

6.5 Análise dos dados

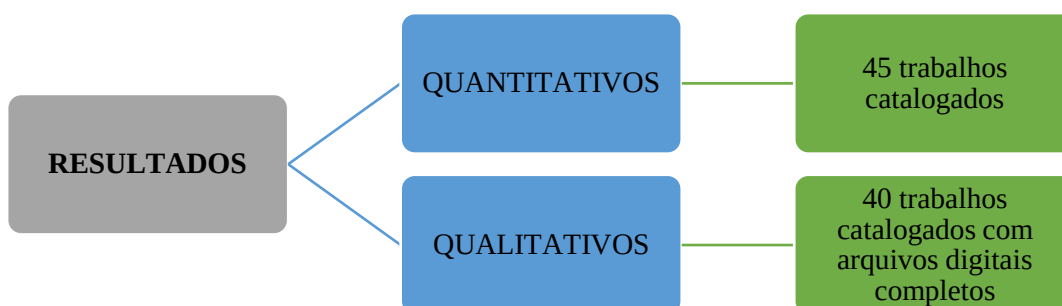
Diante dos resultados obtidos, foi possível realizar uma análise minuciosa dos dados relacionados ao déficit habitacional no Brasil. Essa avaliação detalhada desempenhou um papel fundamental ao fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes destinadas a abordar de maneira abrangente o problema do déficit habitacional. Essa

contribuição direta no desenvolvimento de estratégias e iniciativas mais efetivas reflete o comprometimento em buscar soluções sustentáveis e impactantes para mitigar o déficit habitacional no país, visando melhorar as condições de vida e promover a inclusão social.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos foram classificados em quantitativos e qualitativos conforme a Figura 7.

Figura 7 - Esquema dos resultados da pesquisa.



Fonte: Autor (2023)

Os resultados deste segmento englobam tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos, originados a partir de diferentes volumes de trabalhos analisados. Os resultados foram categorizados da seguinte forma:

- Distribuição de trabalhos conforme os níveis de produção científica (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado);
- Dispersão dos trabalhos pelas distintas regiões do Brasil;
- Agrupamento de trabalhos por universidades;
- Classificação de trabalhos por tipo de instituição (pública e privada);
- Arranjo de trabalhos por Programas de Pós-Graduação;
- Distribuição temporal de trabalhos (de 2010 a 2021);
- Categorização dos trabalhos com base nos temas definidos na pesquisa.

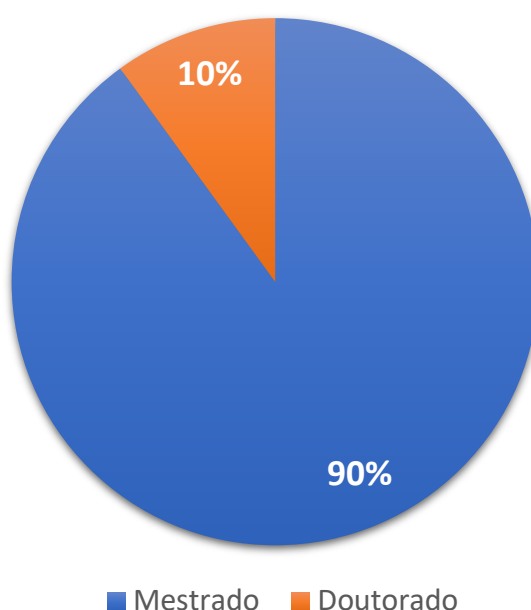
Os resultados de caráter qualitativo correspondem aos 40 trabalhos que tiveram seus arquivos digitais completos acessados. Esses resultados foram organizados seguindo os quesitos especificados na seção de análise:

- Contextos;
- Dificuldades;
- Desafios/Oportunidades;
- Contribuições.

7.1 Resultados quantitativos

Identificou-se que a produção sobre tema no período de 2010 a 2021 foi de 90% de dissertações de mestrado (somando acadêmico e profissional) e 10% de teses de doutorado (Gráfico 1). Os índices encontrados nos níveis da produção acadêmica sobre habitação de interesse social são bastante inferiores, mostrando que as teses de doutorado são menos expressivas em relação ao total dos trabalhos catalogados.

Gráfico 1 – Nível da produção acadêmica sobre habitação de interesse social no Brasil



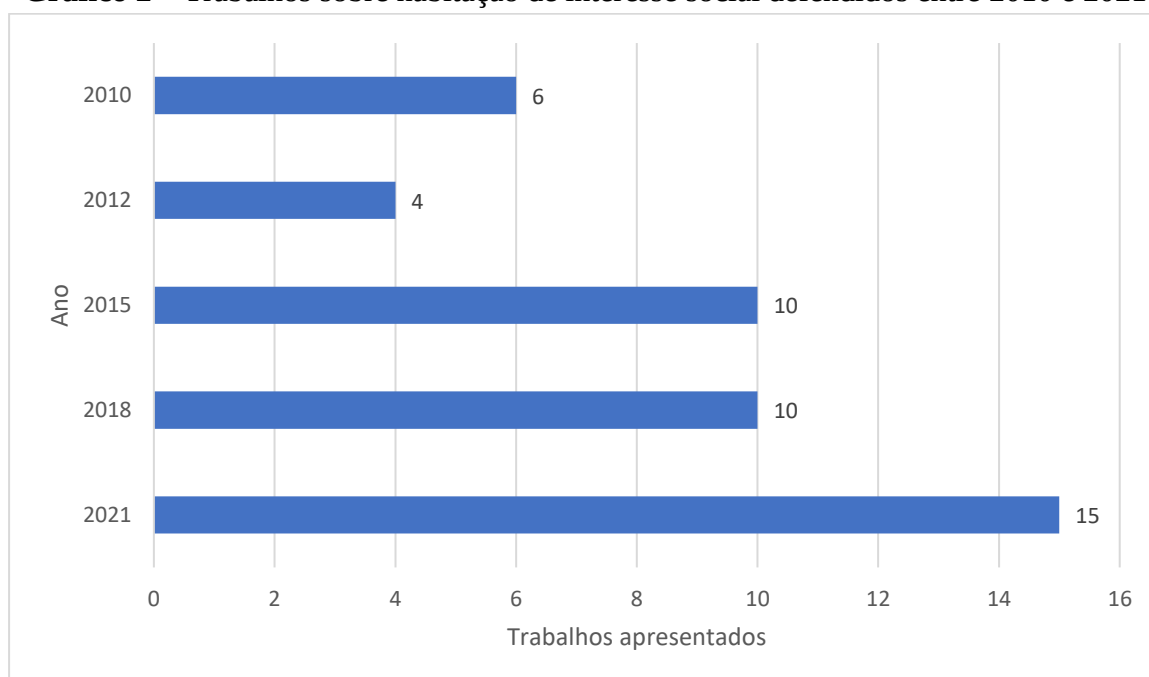
Fonte: Autor (2023)

Durante a pesquisa foi identificado que vários cursos de Pós-Graduação de diferentes áreas do conhecimento abordaram o tema da habitação de interesse social no país. Os cursos da área básica de Arquitetura e Urbanismo foram responsáveis por 1/3 do total dos trabalhos catalogados, somando 15 publicações. Os Programas de Pós-Graduação de Engenharia Civil (Engenharia Civil e Construção Civil) também tiveram destaque e produziram um número significativo de trabalhos, cerca de 14 publicações. Outros cinco Programas de Pós-Graduação das áreas de Serviço Social, Geografia, História, Ciências Sociais e Meio Ambiente produziram sobre. Com esses dados é possível identificar que por mais que o tema de habitação de interesse

social seja multidisciplinar, as áreas da construção civil (Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e áreas afins) são as grandes responsáveis pela produção acadêmica do tema.

A maior parte dos trabalhos sistematizados foi defendida no ano de 2021, que representou mais de 33% do total com 15 trabalhos entre teses e dissertações. Nos anos de 2010, 2015, 2018, o número de trabalhos apresentados sobre o tema foi de 6, 10, 10 publicações respectivamente, que juntos somaram cerca de 57% do total. O restante da produção catalogada foi defendido no ano de 2012, que representou a menor quantidade de trabalhos defendidos, com 4 publicações (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Trabalhos sobre habitação de interesse social defendidos entre 2010 e 2021



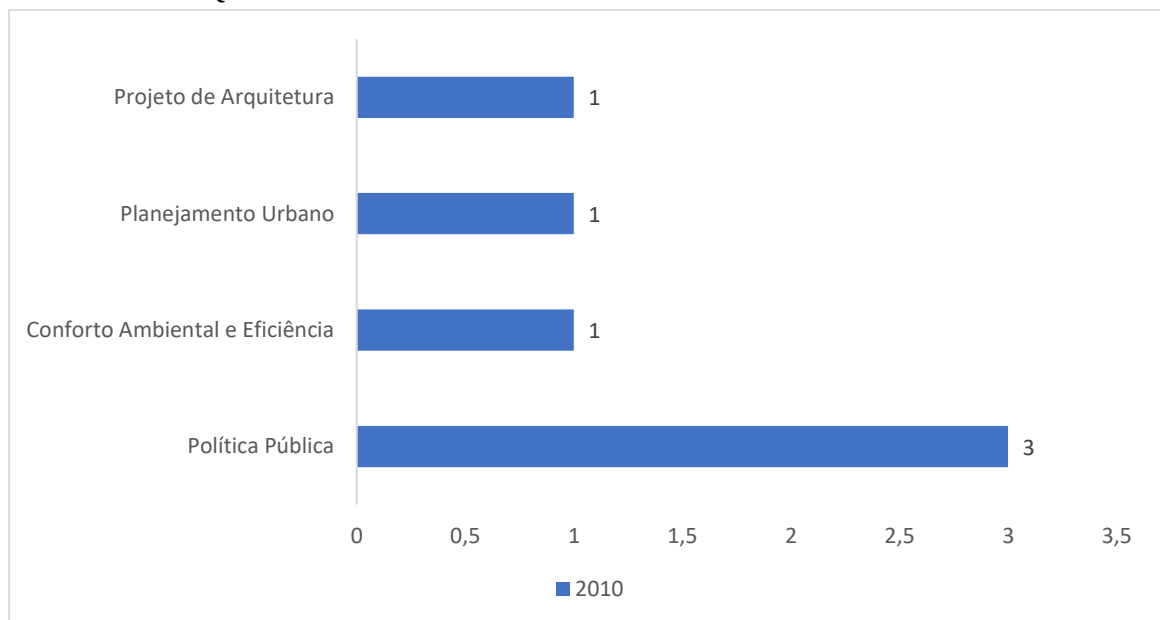
Fonte: Autor (2023)

A partir dos 17 temas criados para classificar os trabalhos catalogados (Gráfico 3) identificou-se que a maior concentração dos trabalhos aborda a Política Pública como foco principal, com 16 publicações. Nesse ranking, o segundo tema mais recorrente foi Projeto de Arquitetura, que somou 5 trabalhos. Outros temas que tiveram números significativos, foram, Conforto Ambiental e Eficiência Energética, Sociabilidade, Tecnologia e Sistemas Construtivos, Sustentabilidade, Planejamento Urbano, Habitação Rural, Acessibilidade, Saneamento Ambiental e Gestão. Os outros 6 temas (Desempenho e Patologia, Economia, Mobiliário, História, Patrimônio Histórico e Reabilitação e Tecnologia da Informação)

apresentaram apenas um (1) trabalho. Isso mostra a grande diversidade dos trabalhos catalogados e concentração predominantemente do tema da Política Pública.

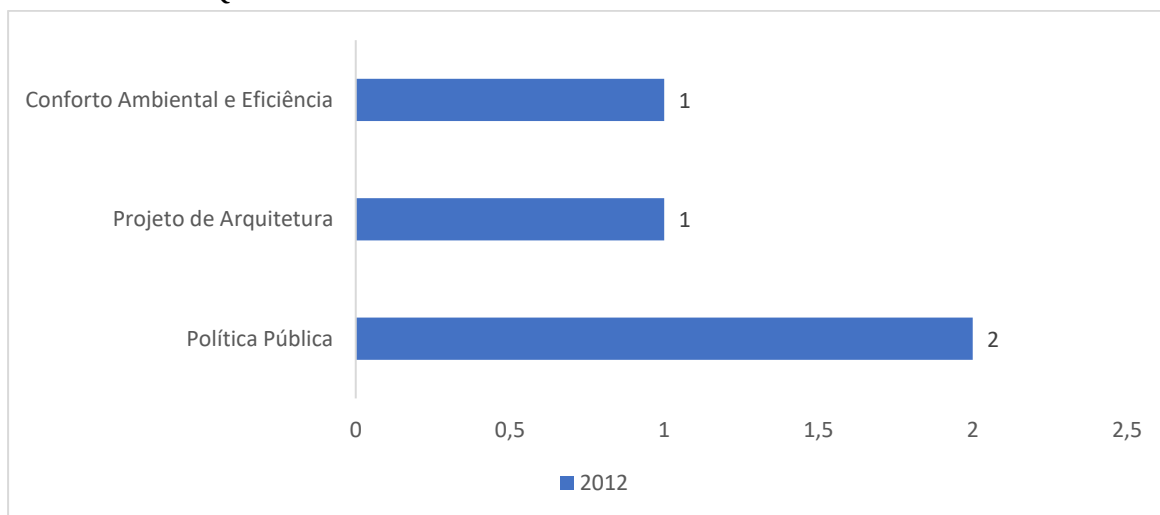
Durante o ano de 2010, o tema da Política Pública dominou o cenário das publicações. Nesse ano foram sistematizados trabalhos de 4 temas e se destacaram os temas de Conforto Ambiental e Eficiência Energética, Planejamento Urbano e Projeto de Arquitetura, cada um com um (1) trabalho cada (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Quantidade de trabalhos de acordo com o tema definido no ano de 2010



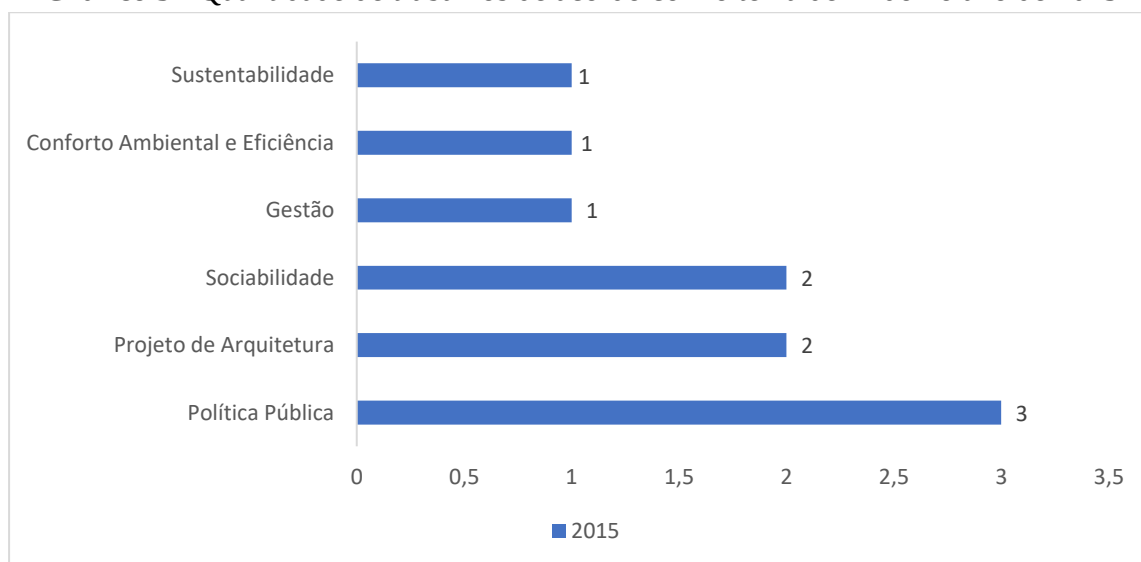
Fonte: Autor (2023)

Já em 2012 encontrou-se o menor número de temas, foram apenas 3 (Gráfico 4). Política Pública, embora, tenha sido a mais frequente, teve diferença de apenas um trabalho em relação ao tema Projeto de Arquitetura e Conforto Ambiental e Eficiência. Foi possível identificar que o tema Conforto Ambiental e Eficiência esteve presente nos dois primeiros anos do período determinado da pesquisa, e isso reflete que o tema já está inserido no contexto da produção acadêmica de habitação de interesse social.

Gráfico 4 - Quantidade de trabalhos de acordo com o tema definido no ano de 2012

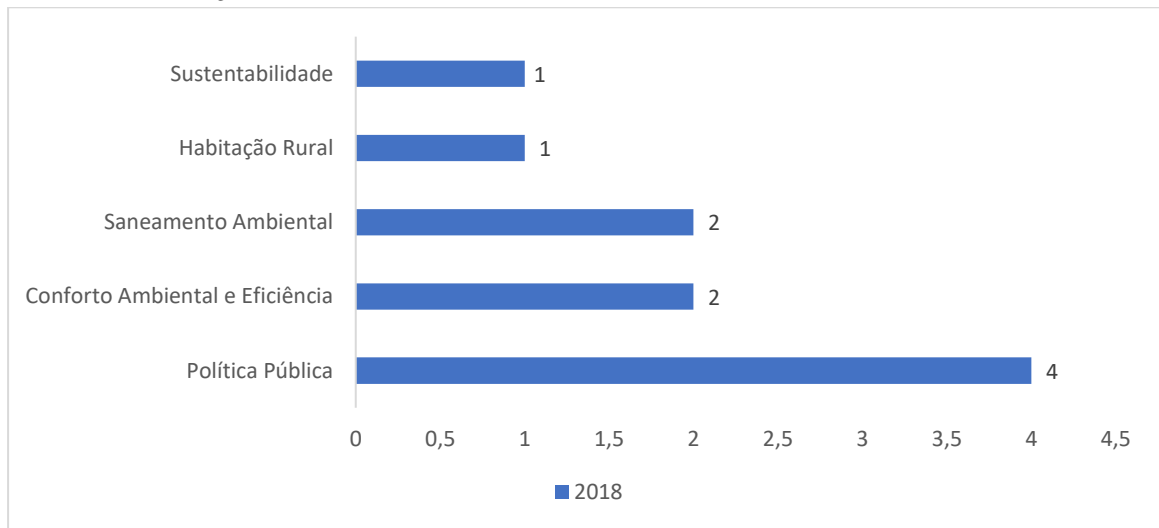
Fonte: Autor (2023)

Em 2015 (Gráfico 5), os trabalhos apresentaram 6 temas. Três temas tiveram números significativos em Política Pública, Projeto de Arquitetura e Sociabilidade com 3, 2 e 2 trabalhos publicados respectivamente. O tema Gestão, seguidos de Conforto Ambiental e Eficiência e Sustentabilidade com um (1) trabalho cada.

Gráfico 5 - Quantidade de trabalhos de acordo com o tema definido no ano de 2015

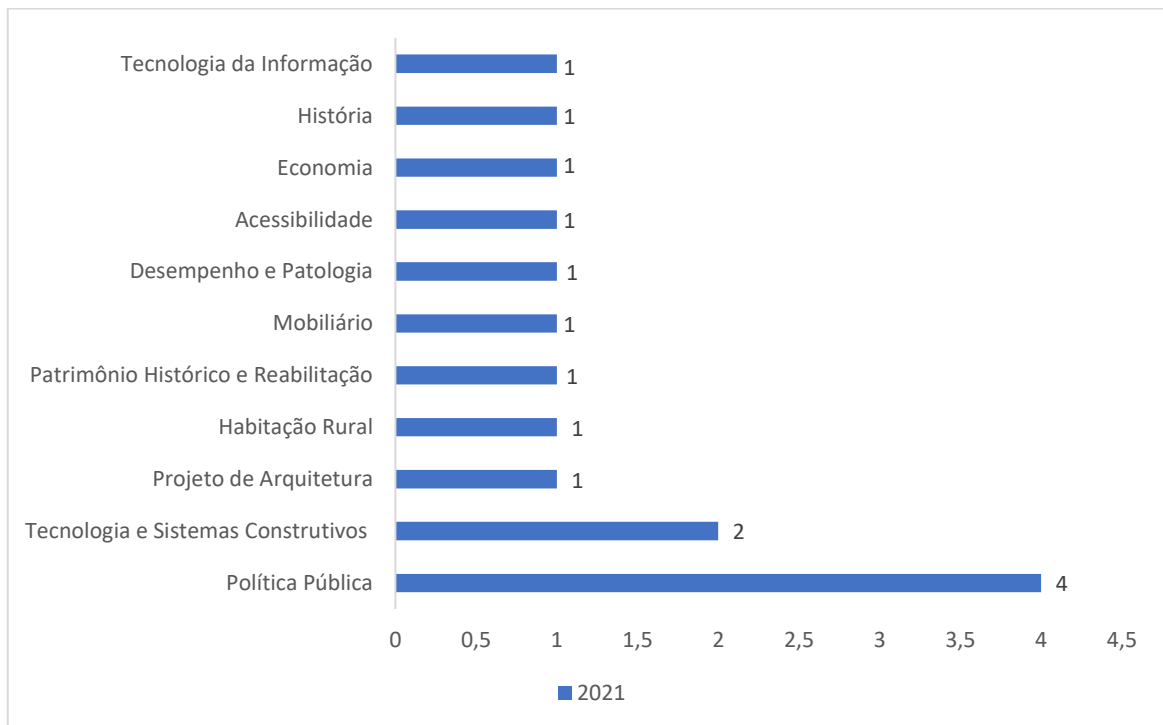
Fonte: Autor (2023)

Durante o ano de 2018, o tema da Política Pública novamente dominou o cenário das publicações. Nesse ano foram sistematizados trabalhos de cinco (5) temas e se destacaram os temas de Conforto Ambiental e Eficiência, Saneamento Ambiental, cada um com 2 trabalhos cada, Habitação Rural e Sustentabilidade cada um com 1 trabalho cada (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Quantidade de trabalhos de acordo com o tema definido no ano de 2018

Fonte: Autor (2023)

Identificou-se 11 dos 17 temas desenvolvidos na pesquisa no ano de 2021 (Gráfico 7), representando o ano com a maior diversidade de abordagens. Com isso, o ano de 2021 foi o mais significativo dentro da pesquisa, pois além de apresentar o maior número de trabalhos, esses estão em quase todos os temas identificados no estudo. Os temas mais recorrentes, neste ano, foram Política Pública e Tecnologia e Sistemas Construtivos.

Gráfico 7 - Quantidade de trabalhos de acordo com o tema definido no ano de 2021

Fonte: Autor (2023)

7.2 Resultados qualitativos

Os resultados qualitativos consideram os dados obtidos com 40 trabalhos catalogados, todos categorizados com arquivos completos em formato digital. Dentro dos 17 temas determinados para a investigação, documentos completos foram identificados em 14 áreas. Os 5 trabalhos restantes, sem arquivos completos, estão distribuídos entre os 3 temas restantes (Política pública, Projeto de arquitetura e Conforto ambiental e eficiência), com a maior ausência sendo observada no tema de Política Pública, totalizando 3 ocorrências.

A maioria dos trabalhos analisados contextualiza a situação atual da habitação de interesse social no país, demonstrando um alto nível de abordagem no aspecto Contextos. No entanto, muitos destes trabalhos não fornecem sugestões sobre como a questão habitacional do país poderia ser melhorada. Além disso, alguns trabalhos propõem soluções semelhantes, indicando um possível consenso ou uma recorrência de ideias similares.

Outros estudos não destacam explicitamente a relevância da pesquisa, embora, ao analisar minuciosamente o contexto de cada um, foi possível identificar a importância de vários deles, ressaltando a frequência do aspecto Contribuições. No entanto, alguns trabalhos apenas mencionam contribuições genéricas, como "contribuir para o bem da humanidade" ou "contribuir para reduzir o déficit habitacional", sem apresentar claramente o valor específico que suas pesquisas poderiam oferecer no âmbito acadêmico ou profissional.

Muitos trabalhos não são orientados para a continuidade e não apresentam perspectivas de longo prazo. Isso é evidenciado pelo baixo índice de abordagem do aspecto Desafios/Oportunidades nos trabalhos analisados.

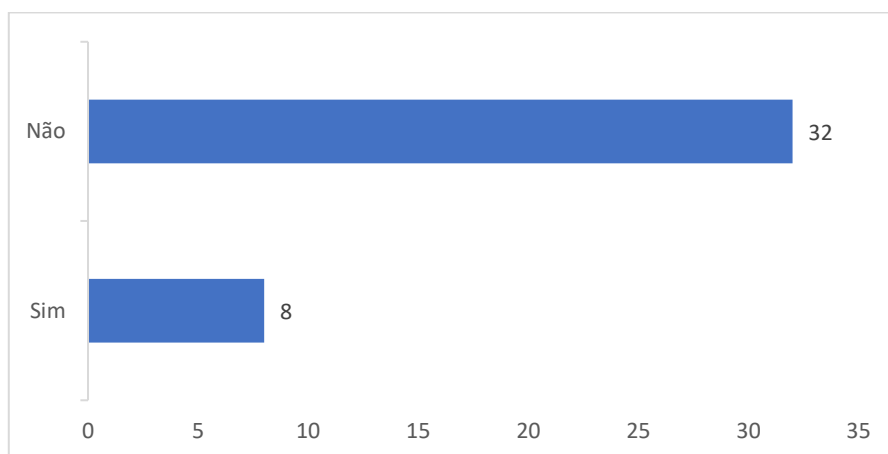
Em diversos trabalhos, as Dificuldades não foram identificadas, pois a maioria enfocava as dificuldades inerentes ao objeto de pesquisa, sem descrever a intenção do aspecto, que consiste em apontar as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento da pesquisa. A inclusão desta questão poderia contribuir para trabalhos futuros derivados de dissertações e/ou teses. A baixa incidência pode ser atribuída à falta de compreensão ou à confusão por parte do pesquisador sobre o conteúdo a ser explorado.

É importante notar que a categorização dos trabalhos dentro dos temas definidos na pesquisa poderia ter se aplicado a mais de uma área, porém, para efeitos de classificação, o fator determinante foi o objetivo geral de cada trabalho.

Uma parte dos trabalhos foi classificada como estudos de casos, totalizando 8 estudos (ver Gráfico 8), representando cerca de 20% do total de trabalhos analisados. Duas abordagens

distintas foram observadas nos trabalhos classificados como estudos de caso: alguns os mencionavam como método, enquanto outros apenas relatavam a aplicação do trabalho a uma situação real.

Gráfico 8 – Quantidade de trabalhos de Estudo de caso



Fonte: Autor (2023)

Dentro dos estudos catalogados, é notável que várias pesquisas se baseiam em metodologias que se apoiam fortemente em entrevistas. Contudo, é comum a ausência de referências bibliográficas ao desenvolver essa estratégia metodológica. Além disso, poucos pesquisadores que envolveram a população como objeto de estudo por meio de entrevistas ofereceram um retorno aos entrevistados.

Uma lacuna identificada nos estudos é a falta de referência a experiências de sucesso em habitação de interesse social. Poucos autores mencionam ou exploram casos bem-sucedidos em estudos de casos ou revisões bibliográficas. A sistematização e compartilhamento dessas experiências poderiam ser valiosas para o governo, movimentos sociais e outras entidades.

Outro ponto de destaque é a presença significativa de trabalhos descritivos e de estudos sem objetivos claramente delineados. Essa situação pode ser uma das razões pelas quais o meio acadêmico não gera resultados tangíveis para aplicação no setor da construção civil. Isso levanta questões sobre a abordagem de pesquisa e a necessidade de considerar outras metodologias mais eficazes.

Identificou-se uma escassez de trabalhos que contam com o respaldo do Estado, Prefeitura ou outros órgãos públicos. Embora exista o incentivo dos órgãos de financiamento à

pesquisa, a ausência de parcerias com o Estado é notável. Tal colaboração poderia ser altamente produtiva, visto que os órgãos públicos geralmente detêm informações cruciais sobre os problemas habitacionais, e os pesquisadores poderiam explorar tais informações para direcionar suas pesquisas.

O tema da habitação de interesse social foi abordado de forma multidisciplinar. Os estudos abordaram uma ampla gama de tópicos, desde tecnologia de construção até aspectos culturais, como a cultura indígena.

Os resultados por tema foram classificados nos itens de 7.2.1 a 7.2.17, apresentando diferentes aspectos. Para facilitar a leitura, o conteúdo é estruturado da seguinte maneira:

Contextos: exibição das principais condições identificadas nos contextos abordados nos estudos analisados;

Contribuições: apresentação dos principais avanços encontrados nas pesquisas analisadas;

Desafios/Oportunidades: exposição das principais áreas que demandam novas pesquisas, identificadas nos estudos analisados;

Dificuldades: revelação dos principais obstáculos identificados nos estudos analisados.

7.2.1 Acessibilidade

Claramente, a área de Acessibilidade apresenta uma escassa representatividade nos estudos analisados, contando somente com um (1) trabalho catalogado e um deles foi examinado. O estudo abordou todos os parâmetros de análise qualitativa, focando na ausência da consideração do usuário na produção atual, destacando a necessidade de colocá-lo como figura central no projeto.

Os aspectos abordados no estudo envolvem diferentes áreas:

- Contextos: O Estado reconhece a demanda por unidades habitacionais adaptadas para pessoas com necessidades especiais, exigindo que no mínimo 3% das moradias sejam adaptadas.

- Contribuições: Contribuir para engenheiros comprometidos em desenvolver um novo paradigma na construção de habitação de interesse social no Brasil.

- Desafios/Oportunidades: Explorar a utilização do espaço e as implicações das decisões de design para melhorar a qualidade das habitações voltadas para pessoas com necessidades especiais.

- Dificuldades: A legislação de acessibilidade (ABNT NBR 9050:2020) não define parâmetros detalhados para o interior das moradias.

O tema, embora possa ser amplamente discutido em outras áreas, exibe uma representação muito limitada na habitação de interesse social, especialmente com apenas um trabalho em um período de onze anos.

7.2.2 Conforto Ambiental e Eficiência Energética

Dentre os cinco (5) estudos sistematizados, apenas um (1) deles não disponibilizava os arquivos completos em formato digital. Os autores comumente destacaram os Contextos e as Contribuições em suas análises, enquanto os Desafios/Oportunidades e as Dificuldades foram identificados em quatro dos estudos analisados. Foram examinados os seguintes aspectos:

- Contextos: É imperativo adotar boas práticas de implantação e estratégias de projeto que aprimorem o desempenho térmico das edificações, sem que isso resulte em aumento dos custos das unidades habitacionais em assentamentos rurais. Essas práticas de projeto devem ser generalizadas para diversos tipos de edificações, especialmente aquelas voltadas para habitação de interesse social, onde os recursos econômicos são limitados.

Ensaio em materiais e sistemas alternativos evidenciam que novas tecnologias na construção podem proporcionar qualidade de vida à população e preservar o meio ambiente. No entanto, é fundamental uma mudança de filosofia global para que os avanços em eficiência energética e sustentabilidade sejam realmente aplicados aos usuários. O uso da tecnologia convencional para aquecedores de água em habitações de interesse social é recomendado, mas as habitações já construídas frequentemente não possuem infraestrutura para suportar esses aquecedores. Portanto, o aprimoramento das tecnologias alternativas de aquecimento solar é necessário, uma vez que sua principal vantagem é o baixo custo inicial.

- Contribuições: Os estudos realizados contribuem com informações valiosas que podem auxiliar no desenvolvimento de projetos arquitetônicos, bem como na criação de ferramentas de avaliação, metodologias, parâmetros aplicáveis em diferentes contextos e diretrizes para a implementação de tecnologias alternativas de baixo custo. Alguns autores destacaram que seus trabalhos servem como um subsídio para futuras pesquisas em conforto ambiental em habitações populares.

- Desafios/Oportunidades: Os autores identificaram a necessidade de utilizar métodos semelhantes, mas com especificidades para aprofundar ainda mais o tema. Outros desafios

incluem diversificar simulações, refazer medições em diferentes climas, ampliar a amostra de exemplares estudados e analisar o comportamento de outras tipologias habitacionais. Recomendaram ainda estudos subsequentes para correlacionar os dados com outras realidades, aumentar o tamanho da amostra, utilizar programas de simulação e registradores de dados para facilitar pesquisas futuras.

- Dificuldades: Os autores enfrentaram diversas dificuldades durante as pesquisas, incluindo limitações na amostragem, desafios para recrutar moradores dispostos a participar do estudo, deficiências nos bancos de dados existentes no país, a necessidade de utilizar normas internacionais e ferramentas ainda pouco difundidas no Brasil, além da falta de estudos técnicos e de pesquisas sobre o tema.

7.2.3 Desempenho e Patologia

No tópico de Desempenho e Patologia, foi identificado um (1) trabalho completo dentre os analisados:

- Contextos: A maior parte das falhas e problemas encontrados nas edificações de interesse social tem origem no projeto. No entanto, por meio de novas políticas habitacionais e outras medidas, está buscando aprimorar a qualidade desses empreendimentos. Mesmo com avanços técnicos no projeto e execução de obras em alvenaria estrutural, ainda persistem manifestações patológicas nas edificações. É necessário sistematizar as recomendações técnicas, tanto na fase de projeto quanto na execução, e implementar ações gerenciais. A consolidação das normas de desempenho das edificações é esperada para acabar com essa característica nos empreendimentos habitacionais.

- Contribuições: Estudos de casos podem ser generalizados como hipóteses e teorias a serem comprovadas em outras pesquisas. Eles ajudam a identificar e qualificar a incidência de manifestações patológicas e contribuem para o banco de dados da Secretaria de Habitação da cidade.

- Desafios/Oportunidades: O desafio reside em implementar as diretrizes e recomendações técnicas junto às empresas da região, bem como desenvolver projetos com tipologias alternativas ou estudos mais aprofundados sobre o tema.

- Dificuldades: Os desafios enfrentados incluem a falta de conhecimento sobre a questão estudada e a escassez de informações sobre a relação entre permeabilidade e ocorrência de fungos em revestimentos de argamassa em habitações de interesse social.

É evidente que as edificações, principalmente aquelas voltadas para a habitação de interesse social, enfrentam crescentes desafios em relação à qualidade construtiva. O sistema habitacional é complexo e influenciado por vários fatores - urbanos, sociais, econômicos, políticos e históricos. Entender cada parte desse sistema é crucial para alcançar um todo harmonioso. Portanto, a realização de estudos e a promoção de novas pesquisas são fundamentais para o sucesso global da habitação de interesse social no país.

7.2.4 Economia

No escopo relacionado à Economia, identificou-se um (1) trabalho catalogado que oferecia os arquivos completos em formato digital. A análise contemplou:

- Contextos: A Política de Habitação de Interesse Social promovida pelo governo federal é considerada segregadora, concedendo acesso ao financiamento apenas para aqueles com trabalho e renda. A habitação de interesse social passou a refletir um mercado, resultando na adoção de uma lógica privada nas políticas habitacionais. A inadaptação dos programas federais de financiamento para a população de baixa renda destaca a necessidade de reestruturar a política de subsídios no Brasil.

- Contribuições: O estudo forneceu base para a construção de um modelo de financiamento para a habitação popular, bem como subsídios para a elaboração e estruturação de programas de financiamento habitacional. Contribuiu na obtenção de dados e informações do sistema de financiamento brasileiro, na compreensão da natureza e das razões por trás da interseção entre o Estado, o mercado imobiliário e o capital financeiro, e na análise das vantagens e desvantagens na relação entre os setores público e privado em projetos habitacionais.

- Desafios/Oportunidades: As oportunidades futuras incluem aprofundar o mapeamento dos empreendimentos populares em diferentes regiões.

- Dificuldades: As principais dificuldades reportadas foram a falta de bibliografia atualizada.

7.2.5 Gestão

No segmento de Gestão, um (1) estudo foi levantado como parte da análise qualitativa, abordando os seguintes aspectos:

- Contextos: Os programas de mutirão, tanto com gestão institucional quanto com cogestão, necessitam de planejamento detalhado para evitar gargalos que prolongam a duração da obra e aumentam os custos. O mutirão pode ser uma solução eficaz para a construção de casas, visando reduzir o déficit habitacional. A eficiência de um programa cooperativo autogerido depende de profissionais com formação e compromisso cooperativista. Essa forma de moradia exige um conhecimento mais aprofundado, intimamente ligado a dinâmica urbana.

- Contribuições: O estudo ofereceu uma visão detalhada sobre o tema pouco explorado, ampliou a reflexão sobre os programas habitacionais autogeridos, e abordou as formas de produção de moradia autogerida e em mutirão. Além disso, contribuiu com diretrizes de gestão para obras habitacionais de interesse social, desenvolveu um manual de diretrizes para gestões de mutirões habitacionais e propôs alternativas teóricas para minimizar os problemas existentes na gestão pós-ocupação.

- Desafios/Oportunidades: As oportunidades futuras envolvem mais estudos com a mesma metodologia, a aplicação de manuais propostos, a elaboração de modelos de gestão com empresas construtoras e estudos sobre a recuperação dos princípios fundamentais do cooperativismo.

- Dificuldades: As principais dificuldades destacadas incluem a falta de bibliografia internacional sobre obras de mutirão, a escassez de pesquisas sobre a viabilidade da aplicação de customização em massa, a ausência de informações específicas sobre materiais relacionados à habitação popular em mutirão, a falta de análises sobre comunicação social no gerenciamento de políticas participativas e a perda gradual de documentos sobre o tema devido à extinção de órgãos promotores.

7.2.6 Habitação Rural

Foram identificados dois (2) estudos referentes à Habitação em Áreas Rurais, todos contendo arquivos completos disponíveis. Diferentes aspectos foram abordados, desde Contextos e Contribuições até Desafios/Oportunidades e Dificuldades. A análise dos aspectos revelou:

- Contextos: Evidenciou-se diversas fragilidades nos processos de assentamento de famílias nas áreas rurais, notando a incipiência da política de habitação rural. Observa-se o papel crucial da universidade não apenas para refletir sobre esses espaços, mas também para intervir,

buscando melhorias para essas famílias. O programa habitacional voltado para a moradia rural levanta questões de mediação sociocultural entre os assentados, beneficiários e outros.

- Contribuições: Os estudos ampliaram a compreensão do papel do engenheiro civil nos assentamentos rurais, além de destacar caminhos além da questão habitacional no meio rural. Além disso, analisaram o alcance e as limitações das políticas públicas direcionadas à habitação rural e contribuíram para um melhor entendimento sobre o tema.

- Desafios/Oportunidades: Há oportunidades para futuros estudos se aprofundarem mais no tema.

- Dificuldades: A escassez de trabalhos que refletem sobre o desenvolvimento dos assentados e a complexidade do universo rural foram desafiadores.

Percebe-se um amplo espectro de tópicos relacionados à habitação de interesse social, incluindo a preocupação com a Habitação Rural, um setor com grande déficit habitacional, mas muitas vezes negligenciado na literatura existente. A existência de programas governamentais e financiamentos específicos para essa população necessita de regulamentação por meio de uma política pública mais abrangente.

7.2.7 História

Os estudos classificados como História totalizaram um (1) trabalho com arquivos completos disponíveis. O trabalho é notável por retratar como o meio acadêmico pode impactar a habitação de interesse social. Os aspectos abordados incluem:

- Contextos: Há a avaliação crítica da prática do engenheiro, um elemento importante para a reconstituição do projeto democrático. Observa-se que a construção de moradias para os segmentos carentes, apesar de não transformar a condição social, melhorou consideravelmente a qualidade de vida e reduziu o déficit habitacional.

- Contribuições: Ofereceu contribuições significativas na discussão sobre o papel do engenheiro e a comparação de conjuntos habitacionais.

- Desafios/Oportunidades: Há uma oportunidade para evoluir o estudo sem, no entanto, especificar a direção para futuras pesquisas.

- Dificuldades: O campo explorado é limitado, com referências bibliográficas escassas. Pouca ênfase é dada ao papel das vilas operárias e às questões ambientais.

7.2.8 Mobiliário

O único arquivo disponível foi encontrado em meio digital. A análise dos aspectos revelou:

- Contextos: Existe uma discrepância entre a produção de móveis e a realidade das moradias populares, ressaltando a necessidade de melhorar a qualidade do espaço habitacional por meio do design de móveis. A ocupação não planejada dos espaços destinados à população de baixa renda destaca a real necessidade de projetos de móveis adaptados. A intervenção do poder público é crucial para explorar novas concepções de produtos, incluindo financiamento, normativas de construção e promoção.

- Contribuições: Conscientiza sobre a necessidade de enfrentar de maneira nova a questão da produção de móveis, discute a necessidade de adequação e melhor aproveitamento do design para a população de baixa renda.

- Desafios/Oportunidades: Há uma necessidade de maior investigação na área e ações mais detalhadas para efetivar uma política tecnológica que garanta a qualidade do produto habitação e móvel.

- Dificuldade: Poucos estudos que abordam o interior da unidade habitacional.

A flexibilidade é um tema que necessita de exploração nos estudos. Embora existam muitas pesquisas anteriores ao período de investigação, o tema ainda apresenta grande potencial para exploração acadêmica, principalmente para melhorar as péssimas condições de layout das habitações de interesse social.

7.2.9 Patrimônio Histórico e Reabilitação

Dentro do contexto de Preservação de Patrimônio Histórico e Reabilitação, um (1) único trabalho foi catalogado, com todos os arquivos disponíveis. Os aspectos abordados neste estudo incluíram:

- Contextos: A essência do acesso à habitação, considerado mais do que uma simples moradia, está no acesso aos serviços urbanos, garantindo as condições de habitabilidade essenciais para um modo de vida digno. O desafio reside na ponderação da localização, valorização fundiária e imobiliária, sendo que os poucos investimentos públicos considerando esses contextos dificultam o acesso da população aos centros históricos. Propõe-se que a

revitalização dos centros urbanos para fins habitacionais seja baseada na integração entre moradias e o contexto urbano.

- Contribuições: Aprofundamento do debate sobre a reprodução de zonas centrais degradadas, o desenvolvimento de mecanismos para projetos de reabilitação, utilidade para os administradores públicos que propõem reabilitações de edifícios históricos para populações de baixa renda, bem como a produção de conhecimento sobre a realidade dos centros históricos brasileiros e contextualização da luta contemporânea pelo espaço urbano.

- Desafios/Oportunidades: Explorar metodologias e diretrizes para processos de reabilitação e realizar estudos de campo para identificar a extensão e os padrões de imóveis subutilizados.

- Dificuldades: Escassez de referências bibliográficas sobre gestão do conhecimento, complexidade nas metodologias e o número reduzido de empreendimentos que passaram por processos de reabilitação até o presente momento.

7.2.10 Planejamento Urbano

No âmbito do Planejamento Urbano, identificou-se um (1) trabalho completo. Os aspectos analisados incluíram:

- Contextos: A prática de remoção de famílias de assentamentos subnormais permanece, sem atender satisfatoriamente os moradores, resultando no aumento das comunidades devido ao retorno dos afetados. Reconhecer a influência dos movimentos sociais nas questões relacionadas à ocupação para moradia social é crucial.

- Contribuições: Levantamento de problemáticas nos reassentamentos, recomendações para futuros programas, aprofundamento nos estudos sobre a relação entre conjuntos habitacionais populares e o tecido urbano total, identificação dos efeitos das políticas públicas de habitação e flexibilização, bem como discussão sobre a moradia carente e a reprodução da pobreza em cidades médias brasileiras.

- Desafios/Oportunidades: Novas discussões para alterar os padrões de densidade habitacional, levantamento de áreas vazias nos municípios e aprimoramento das pesquisas em novos empreendimentos habitacionais.

- Dificuldades: Carência de dados, debates qualificados sobre programas habitacionais, escassez de estudos específicos e dificuldade em obter informações do poder público, além de investigação limitada sobre outras influências nas paisagens urbanas.

7.2.11 Política Pública

A exploração das Políticas Públicas foi o tema mais frequente nos trabalhos compilados, abarcando todos os aspectos de análise qualitativa. A menor incidência de referências aos Desafios/Oportunidades, contabilizando treze (13) estudos, sugere uma escassez de perspectivas discutidas pelos pesquisadores. Os aspectos examinados compreenderam:

- Contextos: Identificar e compreender a extensão real do problema habitacional no Brasil, enquanto propõem soluções potenciais. As soluções abrangem não apenas a construção de novas unidades habitacionais, mas também a atenção a outros aspectos sociais, salientando a importância da participação popular e uma vontade política ativa para contrapor a periferização impulsionada pelo mercado imobiliário.

- Participação social: Embora a participação social seja exigida por lei, em muitos casos nas políticas habitacionais, permanece superficial. A mudança requer um compromisso efetivo do setor público e uma sociedade civil organizada e proativa.

- Dificuldades persistem: A falta de trabalhos sociais específicos no âmbito da política de habitação agrava a exclusão e a segregação social, atribuindo a responsabilidade ao poder público estadual e municipal para intervir e reverter tal situação.

- Dificuldades enfrentadas: A literatura e os dados sobre o tema são escassos, dificultando a obtenção de informações concretas dos órgãos públicos, além das restrições metodológicas encontradas nas pesquisas.

7.2.12 Projeto de Arquitetura

A abordagem sobre Projetos de Arquitetura foi uma das mais comuns nos trabalhos sistematizados, exceto por um (1) trabalho que não teve os arquivos digitais acessíveis. Todos os aspectos de análise qualitativa foram contemplados, sendo que a identificação de Dificuldades foi o aspecto menos mencionado. Os aspectos analisados incluíram:

- Contextos do Projeto: A análise demonstra como os concursos de projetos e a locação social podem reavivar a função pública e social da arquitetura. No entanto, muitos projetos não foram concretizados, em parte devido às diretrizes da gestão.

- Desafios e Qualidade: É perceptível a falta de consideração da qualidade das habitações em comunidades nos processos de urbanização, demandando a inclusão da célula habitacional e considerando a diversidade familiar.

- Dificuldades: Além da carência de estudos na área, os desafios recaem sobre a dificuldade em medir a qualidade e os instrumentos disponíveis para avaliação de custos, representando obstáculos significativos.

7.2.13 Saneamento Ambiental

Dentro do contexto do Saneamento Ambiental, foram identificados apenas dois (2) trabalhos, sendo eles integralmente disponível. Esse baixo número de estudos aponta para a necessidade de explorar diversos subtemas relacionados à habitação, como sistemas de água, esgoto e gestão de resíduos. No estudo analisado, foram identificados todos os aspectos qualitativos, destacando-se:

- Contextos: Ficou evidente a falta de compreensão dos fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais que impactam na qualidade de vida das populações de baixa renda. O estudo ressaltou a importância de unir o conhecimento prático com o técnico para guiar mudanças nas políticas públicas direcionadas às comunidades.

- Contribuições: O estudo fornece dados essenciais para direcionar futuros programas visando a melhoria da qualidade de vida das populações que enfrentam desafios socioambientais.

- Desafios e Oportunidades: Apontou-se a necessidade de avançar na investigação do tema, embora o período limitado de pesquisa, principalmente por ser uma dissertação de mestrado, tenha sido um fator limitante.

7.2.14 Sociabilidade

O tema da Sociabilidade totalizou dois (2) trabalhos, todos disponíveis na íntegra para análise qualitativa. Dos aspectos abordados, os Desafios/Oportunidades e as Dificuldades foram os menos explorados pelos autores, seguidos dos seguintes pontos analisados:

- Contextos: Foram destacadas as questões problemáticas relacionadas à habitação, enfatizando a escassez e má qualidade das moradias.

- Contribuições destacadas: Os trabalhos sugerem diretrizes para o envolvimento do poder público e da população nos processos habitacionais, abordando aspectos relevantes da sociologia arquitetônica e das dinâmicas urbanas.

- Desafios/Oportunidades: As propostas visam o desenvolvimento de diretrizes e aprofundamento nos estudos sobre gestões específicas no país, destacando o tema da habitação e a participação social como áreas pouco exploradas.

7.2.15 Sustentabilidade

Foram encontrados dois (2) trabalhos sobre Sustentabilidade, sendo eles disponíveis em formato digital. Os estudos enfocaram os Contextos, as Contribuições, os Desafios/Oportunidades e as Dificuldades, ressaltando os seguintes aspectos:

- Contextos: Aponta-se a consideração dos requisitos de sustentabilidade como elementos técnicos, buscando uma maior segurança e conforto para os usuários. A viabilidade do uso de práticas mais sustentáveis requer a implementação de políticas públicas.

- Contribuições: Os estudos apontam para o desenvolvimento de métodos de análise de sustentabilidade replicáveis em diferentes contextos, contribuindo para diretrizes projetuais em empreendimentos habitacionais de interesse social e fomentando práticas mais sustentáveis nos planejamentos urbanos.

- Desafios/Oportunidades: Os trabalhos propõem diretrizes para pesquisas em construções e materiais mais sustentáveis, mapeamento de indicadores de sustentabilidade e análises ambientais dos processos produtivos.

- Dificuldades: As dificuldades enfrentadas residem na complexidade dos métodos, no curto período de pesquisa e na falta de estudos específicos sobre construções sustentáveis e seu desempenho ambiental.

7.2.16 Tecnologia da Informação

A pesquisa identificou apenas um (1) estudo relacionado à Tecnologia da Informação, o mesmo submetido a uma análise qualitativa. A escassez de estudos encontrados reflete um atraso nessa área, especialmente em seu contexto em habitação de interesse social. Os aspectos analisados foram:

- Contextos: Ficou evidente a necessidade de uma investigação mais aprofundada nos processos matemáticos para viabilizar o desenvolvimento de programas computacionais mais avançados para a concepção de projetos.

- Contribuições: Destacou-se a construção de uma ferramenta e a criação de uma metodologia para os processos de projeto arquitetônico.
- Desafios e Oportunidades: Indicou-se a aplicação da metodologia desenvolvida e apontaram sugestões superficiais sobre os possíveis desdobramentos do estudo.

7.2.17 Tecnologia e Sistemas Construtivos

Na abordagem da Tecnologia e Sistemas Construtivos, todos os três (3) estudos obtiveram seu formato digital localizado.

- Contextos: Os estudos destacaram esforços para suprir o déficit habitacional de baixa renda com novos sistemas e materiais, recomendando a disponibilização de manuais de usuário para os sistemas propostos. Salientou-se a necessidade de gestão local das políticas habitacionais para inserir as inovações na habitação popular desde a concepção dos projetos arquitetônicos.

- Contribuições: As pesquisas contribuíram para o desenvolvimento de métodos e a elaboração de diretrizes para políticas, fornecendo informações qualitativas sobre as peculiaridades tecnológicas dos sistemas construtivos. Além disso, tentaram inserir na indústria da construção civil materiais alternativos, sustentáveis e de baixo custo, refletindo sobre questões sociais e ambientais.

- Desafios e Oportunidades: Propôs-se o desenvolvimento de sistemas em madeira e derivados, a análise de custos dos sistemas propostos, o aprimoramento dos sistemas convencionais, o reuso de materiais existentes no mercado e aprofundamento do tema.

- Dificuldades: Foram apontadas como desafios a escassez de bibliografia e a falta de definição clara de qualidade no referencial teórico.

A discussão em torno da inovação tecnológica na habitação de interesse social é crucial para melhorar a qualidade da produção, especialmente diante dos limites habitacionais atuais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dedicado à habitação de interesse social representa uma incontestável busca por contribuições à evolução do tema. Cada autor, ao explorar esse campo, procura esclarecer os rumos já traçados e orientar futuras pesquisas, oferecendo recortes particulares da realidade do país e da produção acadêmica. Nesse sentido, a análise aqui apresentada restringe-se aos trabalhos de pesquisa catalogados, fornecendo um recorte específico no universo da produção acadêmica sobre habitação de interesse social no Brasil.

É crucial destacar que os resultados e conclusões extraídos refletem a abrangência dos temas abordados nos estudos compilados. Entretanto, é importante reconhecer que outras pesquisas não contempladas podem oferecer perspectivas adicionais, evidenciando a complexidade do tema.

Para garantir um alto nível de imparcialidade, a escolha dos procedimentos de coleta de dados baseou-se na busca por um método de análise o mais imparcial possível. Os dados quantitativos proporcionaram uma visão realista da produção atual, sendo que o aprofundamento foi viabilizado somente com a aplicação de métodos qualitativos, ainda que sujeitos a uma certa subjetividade.

Analizando os dados levantados, percebe-se a diversidade e a multidisciplinaridade das pesquisas, evidenciando a presença do tema em várias áreas de estudo, como políticas públicas e construção civil. A centralidade da Caixa Econômica Federal como principal financiadora da política de habitação de interesse social no Brasil é resultado de uma série de fatores complexos e históricos.

A Caixa desempenha um papel fundamental devido à sua missão institucional, que inclui o estímulo ao desenvolvimento urbano e social. Além disso, a vinculação da Caixa a instrumentos financeiros essenciais para o financiamento habitacional em larga escala, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), reforça sua importância. A presença nacional da Caixa, com agências distribuídas por todo o território brasileiro, facilita a abrangência e a execução eficiente de programas habitacionais em diversas regiões.

A falta de diálogo efetivo entre o setor produtivo e a academia no contexto da habitação de interesse social no Brasil está intrinsecamente ligada à natureza transitória das políticas habitacionais. A HIS, muitas vezes, não se configura como uma política de Estado, mas sim como uma política de governo, sujeita a mudanças conforme as transições políticas e administrativas.

Essa instabilidade política contribui para a relutância do setor produtivo em estabelecer parcerias mais duradouras com a academia. O setor privado, muitas vezes guiado por demandas imediatas e preocupações de curto prazo, pode hesitar em investir tempo e recursos em colaborações de longo prazo, especialmente quando as diretrizes políticas podem ser alteradas a cada mandato de governo.

Dentre as dificuldades enfrentadas, destacam-se a ausência de referências específicas, a complexidade da metodologia, o difícil acesso aos dados de órgãos públicos e a restrição de tempo, especialmente em dissertações de mestrado. Apesar do considerável número de pesquisas realizadas sobre habitação de interesse social, muitas delas apontaram a escassez de referências bibliográficas, demonstrando um amplo espectro de áreas a serem exploradas. A ausência do tema "Flexibilidade" ressalta a necessidade de mais investigações nessa área da arquitetura habitacional, oferecendo possíveis alternativas de layouts para habitações com espaços reduzidos.

As contribuições e contextos destacam o potencial das pesquisas na formulação de metodologias replicáveis, elaboração de diretrizes para políticas e projetos, e reflexões mais aprofundadas sobre o tema. Da mesma forma, as pesquisas ressaltam a gravidade do problema habitacional no país, detalhando o déficit habitacional, condições precárias de assentamentos e a realidade difícil de uma parcela significativa da população brasileira.

As operações de manutenção representam um desafio significativo para a integridade das habitações ao longo do tempo, sendo uma preocupação agravada pela negligência generalizada no cuidado dessas estruturas. Esse problema é particularmente relevante nas habitações enquadradas na Faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), onde os beneficiários possuem 90% de subsídio sobre o valor do imóvel. A responsabilidade associada a essa modalidade habitacional é crucial, uma vez que a contribuição substancial do governo para a aquisição do imóvel implica em uma contrapartida esperada por parte dos beneficiários.

Reitera-se a importância do Estado na promoção da qualidade arquitetônica e construtiva dos futuros conjuntos habitacionais, enfatizando a necessidade de parâmetros mínimos de qualidade. Mudanças não só nas políticas públicas, mas também no direcionamento correto das pesquisas acadêmicas, são essenciais para o desenvolvimento e aplicação prática dos resultados.

Foi observado que muitas dessas investigações não têm impacto direto na sociedade civil devido à existência de uma lacuna não gerenciada entre o meio acadêmico e o Estado. Apesar de o Estado ser frequentemente apontado como responsável pelo processo de produção da

habitação social no país, não há uma transferência efetiva do conhecimento produzido, e o Estado não participa, direta ou indiretamente, nem se beneficia das pesquisas realizadas.

Acredita-se que os rumos traçados pela produção acadêmica sobre o tema não são inadequados, pois os trabalhos apresentam uma boa qualidade formal. No entanto, é necessário direcionar de maneira mais eficaz as áreas pesquisadas, dando preferência a estudos que abordem contextos reais. Idealmente, essas pesquisas deveriam ser desenvolvidas em parceria com entidades relacionadas à provisão habitacional, contribuindo efetivamente para a habitação de interesse social no país.

Conclui-se que, apesar de o Estado ser frequentemente apontado como responsável pelo processo de produção da habitação social no país, não há uma transferência efetiva do conhecimento produzido, e o Estado não participa, direta ou indiretamente, nem se beneficia das pesquisas realizadas.

Do ponto de vista estatístico, para avançar ainda mais na compreensão e endereçamento efetivo dos desafios habitacionais, trabalhos futuros seriam beneficiados pela incorporação de números estatísticos mais detalhados e relevantes em cada um dos 17 itens levantados.

9 REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. F.; FIX, M. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação: alguns comentários sobre o pacote habitacional**. Correio da Cidadania, www.correiocidadania.com.br, 01 ago. 2009.
- AYRES, J.R.C.M.; FRANÇA JUNIOR, I.; CALAZANS, G.; SALLETTI, H. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: BARBOSA, R.; PARKER, R. (Org.) **Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p. 50-71.
- AYRES, J. C. R. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. de. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2009. p. 117-139
- BECKER, Bertha K. **Manual do Candidato: Geografia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 204 p.
- BNDES. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Relatório Anual 2011
- BOTEGA, Leonardo. **De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil**. Espaço Plural, Paraná, n. 17, p. 66-72, Ano VIII. 2º semestre de 2007.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida**. Teoria e Debate. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 01 mai. 2023.
- BRASIL DE FATO. **Condições precárias de moradia dificultam isolamento vertical nas periferias**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/05/condicoes-precarias-de-moradia-dificultam-isolamento-vertical-nas-periferias> de moradia dificultam | Direitos Humanos (brasildefato.com.br). Acesso em: 02 mai. 2023.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cartilha do PAR**. Março 2021.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR**. Março 2023.
- CAU, Rio de Janeiro. **Arquitetura e Urbanismo para todos: Inadequação e falta de moradias pioram no Brasil**. 2021. Disponível em: <<https://www.caurj.gov.br/arquitetura-e-urbanismo-para-todos-inadequacao-e-falta-de-moradias-pioram-no-brasil/>>. Acesso em: 02 mai. 2023.
- COHAB. **Programa de Subsídio (PSH)**. 2010. Acesso em: <http://www.cohab.sc.gov.br/index.php?option=com_content&id=106&Itemid=129>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- DRAGO, Felipe. **Autogestão na produção habitacional: Programa Crédito Solidário, entre a institucionalização e o confronto político**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, F. A. S.; MONSÃ, V. M. C.; ALVES, M. A. **O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV): uma análise sobre sua literatura e produção imobiliária na Bahia.** In: Anais do Seminário da Faculdade de Arquitetura da UFBA - A Produção da Cidade e a Captura do Público: que perspectivas? (07 a 9 de novembro de 2012) Salvador: UFBA, 2012.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. **Autogestão e habitação: entre a utopia e o mercado.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Tese de Doutorado.

FGTS. **Habitação.** 2023. Acesso em: <<https://www.fgts.gov.br/Pages/investimentos/habitacao.aspx>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

FILHO, Hélio de Moraes. **A Política Habitacional Urbana no Brasil e o Programa minha Casa Minha Vida: O Caso de Montes Claros/MG.** 2015.

FJP - Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Políticos e Sociais. **Déficit Habitacional no Brasil.** Belo Horizonte, 1995.

FJP - Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

FJP - Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional no Brasil 2011- 2012: resultados preliminares.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informação, 2014. (Nota Técnica, 1).

FJP - Fundação João Pinheiro. **Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016 – 2019.** Belo Horizonte: FJP, 2020. Disponível em: <14.05_Relatorio-Inadequacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019-versao-2.0_compressed.pdf (fjp.mg.gov.br)>. Acesso em: 13 abr. 2023.

Gibson, M. (2018). **Housing and the Space-Time-Body: The Meaning of Home.** Springer.

GOVERNO FEDERAL, **Ministério do Desenvolvimento Regional,** 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1940/2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017.

LARCHER, José V. M. **Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de Habitações de Interesse Social.** 2005. 189 f. Dissertação (Mestrado em Construção Civil). UFPR, Curitiba, 2005.

LEONE, F., VINET, F. La vulnérabilité, un concept fondamental au coeur des méthodes d'évaluation des risques naturels. In: **La vulnérabilité des sociétés et des territoires face aux menaces naturelles: analyses géographiques.** 144p. Montpellier: Université Paul Valéry, 2006. (Coleção Géorisques, n.1).

MARANDOLA, E; HOGAN, D. J. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. IN: **Revista Brasileira Estudos Populacionais,** v.22, ed.1, p.29-53, 2005.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da cada (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada**. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo; RAICHELIS, Raquel (Org's) *A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública*. São Paulo: Educ, 2009. (p. 269 – 294)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.

Mohit, M. A., et al. (2017). **A Conceptual Framework for Evaluating Residential Satisfaction in High-Rise Buildings**. *Buildings*, 7(2), 45.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Problemas relacionados à moradia no Brasil**. (2021). Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/problemas-relacionados-moradia-no-brasil.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2022

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, 1948.

Nascimento, G. N. L., Pereira, R. J., Gratão, L. H. A., & Pimenta, R. S. (2020). **The risk of COVID-19 transmission in favelas and slums in Brazil**. *Public health*, 183, 42.

NOLASCO, Loreci Gottschalk. **Direito Fundamental Social à Moradia: Aplicação, Limites e a Responsabilidade do Estado Brasileiro**. Brasília, s.d.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo Editora, 2012.

PROENEM. **Urbanização brasileira**. 2022. Disponível em: <<https://proenem.com.br/enem/geografia/urbanizacao-brasileira/>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

ROBAINA, Luis Eduardo de Souza. TRENTIN, Romario (org). **Desastres naturais no Rio Grande do Sul**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. 376 p.: il.; 23 cm.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998, 157 p.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. 1 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SECOVI. **MCMV - 10 anos: reflexões, melhorias e aprendizados**. 2019. Disponível em: <<https://www.secovi.com.br/noticias/mcmv-10-anos-reflexoes-melhorias-e-aprendizados/14416>>. Acesso em: 28 nov. 2022

SILVA, Jadson Pessoa da. **Programa Minha Casa Minha Vida (2009 – 2010): Avanços e limites para a população de baixa renda em São Luís – MA**. 2013.

AGÊNCIA BRASIL. Unesco: **Agências da ONU lançam Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos**. 2021.

VEIGA, Daniela Andrade Monteiro. **Domicílios sem moradores, moradores sem domicílios.** Vitória da Conquista: UESB, 2008.

VILLAÇA, Flavio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** Global Editora, 1986.

APÊNDICE – LISTA DE TESES E DISSERTAÇÕES CATALOGADAS (2010-2021)

AUTOR	AFFONSO, E. A.		
TÍTULO	Teia de relações da ocupação do edifício Prestes Maia.		
UNIVERSIDADE	USP	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	São Paulo	DATA	2010
DISPONÍVEL EM:	https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-26052010-144557/fr.php		
ACESSO EM:	04 agosto 2023		

AUTOR	ARAGÃO, T. A.		
TÍTULO	Influência das políticas habitacionais na construção do espaço urbano metropolitano de Fortaleza - História e perspectivas		
UNIVERSIDADE	UFRJ	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Rio de Janeiro	DATA	2010
DISPONÍVEL EM:	https://observatoriodasmetroles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/influencia_das_politicas_habitacionais_construcao_espaco_urban_o_fortaleza.pdf		
ACESSO EM:	04 agosto 2023		

AUTOR	BENTE, R. H.		
TÍTULO	Regularização fundiária de interesse social no Estado de São Paulo: uma análise dos Programas Pró-Lar e Cidade Legal nos municípios do Vale do Paraíba		
UNIVERSIDADE	USP	NÍVEL	Doutorado
LOCAL	São Carlos	DATA	2010
DISPONÍVEL EM:	http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-14032011-085802/ptbr.php		
ACESSO EM:	04 agosto 2023		

AUTOR	BONATTO, F. S.		
TÍTULO	Proposta de um modelo para avaliação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social a partir da percepção de clientes finais		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2010
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/32018		
ACESSO EM:	04 agosto 2023		

AUTOR	BERR, L. R.		
TÍTULO	Proposta de um método para coleta, processamento e análise de dados da qualidade em obras de habitação de interesse social por parte de um agente externo à produção		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2010
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/32584		
ACESSO EM:	04 agosto 2023		

AUTOR	SPINOLA, R. M. G		
TÍTULO	ZEIS o Interesse Social das Zonas Especiais para a habitação popular, aplicadas ao município de Santos/SP		
UNIVERSIDADE	USP	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	São Paulo	DATA	2010
DISPONÍVEL EM:	https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3146/tde-16082010-133410/es.php		
ACESSO EM:	11 agosto 2023		

AUTOR	OLIVEIRA, P. P.		
TÍTULO	Efeitos do número de unidades no desempenho da habitação de interesse social: o caso de moradias isoladas e concentradas no município de Santiago - RS		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2012
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/55488		
ACESSO EM:	11 agosto 2023		

AUTOR	MAYER, R.		
TÍTULO	A gramática da habitação mínima: análise do projeto arquitetônico da habitação de interesse social em Porto Alegre e Região Metropolitana		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Doutorado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2012
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/67057		
ACESSO EM:	11 agosto 2023		

AUTOR	WEBER, A. O. S.		
TÍTULO	Gestão da operação e manutenção de empreendimentos de habitação de interesse social: estudo de caso no programa de arrendamento residencial		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Doutorado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2012
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/127887		
ACESSO EM:	11 agosto 2023		

AUTOR	BECKER, G. O.		
TÍTULO	O avesso da habitação social moderna (1937-1964)		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2015
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/116024		
ACESSO EM:	11 agosto 2023		

AUTOR	TIMM, J. A.		
TÍTULO	Habitações operárias no Brasil: arquitetura e urbanismo da habitação social na primeira metade do século XX		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2015
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/126602		
ACESSO EM:	18 agosto 2023		

AUTOR	VASCONCELLOS, C. P.		
TÍTULO	As políticas públicas de habitação e o território: análise do Programa Minha Casa, Minha Vida nos municípios de Carazinho, Marau e Passo Fundo / RS		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Doutorado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2015
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132109		
ACESSO EM:	18 agosto 2023		

AUTOR	MARQUES, L. M.		
TÍTULO	Minha Casa Minha Vida: análise da percepção de valor sobre as áreas comuns		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2015
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/122525		
ACESSO EM:	18 agosto 2023		

AUTOR	MONTEIRO, D. A. B.		
TÍTULO	Proposta de um método para avaliação da percepção de valor em empreendimentos habitacionais de interesse social		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2015
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/115983		
ACESSO EM:	18 agosto 2023		

AUTOR	SPINELLI, J.		
TÍTULO	Mercado imobiliário e reestruturação do espaço urbano em Passo Fundo, RS		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Doutorado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2015
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/128037		
ACESSO EM:	18 agosto 2023		

AUTOR	LASTA, L. L.		
TÍTULO	Políticas de assistência social no Brasil: o governo da vida pela proteção e inclusão social		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Doutorado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2015
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/141505		
ACESSO EM:	18 agosto 2023		

AUTOR	GIAZZON, E. M. A.		
TÍTULO	Identificação de práticas recomendadas em processos de qualificação urbana sob a ótica da gestão de risco: experiência de Caxias do Sul/RS		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2015
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/143713		
ACESSO EM:	25 agosto 2023		

AUTOR	GONZALEZ, D. J.		
TÍTULO	Arquitetura e política da habitação social: Brasil e Inglaterra.		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2018
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180133		
ACESSO EM:	25 agosto 2023		

AUTOR	SANTOS, E. L. S.		
TÍTULO	Dinâmica sócio-espacial no loteamento Santa Terezinha em Porto Alegre/RS: entre a aparente permanência e a tênue mudança.		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2018
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/174106		
ACESSO EM:	25 agosto 2023		

AUTOR	ALANO, N. A.		
TÍTULO	Programa Minha Casa Minha Vida Entidades: uma experiência cooperativa em São Leopoldo - RS		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2018
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188411		
ACESSO EM:	25 agosto 2023		

AUTOR	FELICIANO, C. C.		
TÍTULO	Iluminação natural como fator de qualidade: uma abordagem perceptiva em três habitações de interesse social contemporâneas na cidade de São Paulo/SP/Brasil.		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2018
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184302		
ACESSO EM:	25 agosto 2023		

AUTOR	OLIVEIRA, N. B. C.		
TÍTULO	Conjunto habitacional Cerro Sur: Román Fresnedo.		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2018
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184293		
ACESSO EM:	25 agosto 2023		

AUTOR	MENEGAT, D. R.		
TÍTULO	O direito fundamental ao saneamento básico: a universalização do acesso e os sistemas individuais de esgotamento sanitário.		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2018
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188619		
ACESSO EM:	25 agosto 2023		

AUTOR	SY, D. M. M.		
TÍTULO	O papel do estado no processo de segregação sócio-espacial na cidade de Lajeado/RS: um estudo sobre a localização dos conjuntos habitacionais Novo Templo I e II do programa MCMV.		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2018
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188400		
ACESSO EM:	01 setembro 2023		

AUTOR	SÁ BRITTO, N. D. S.		
TÍTULO	Articulações, sinergias e coalizões entre agentes públicos e privados na reestruturação urbana e imobiliária em Pelotas (RS).		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2018
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/181371		
ACESSO EM:	01 setembro 2023		

AUTOR	RIBEIRO, O. P.		
TÍTULO	Reparcelamento: reflexões teóricas e instrumentais acerca de seu ingresso na política urbana brasileira.		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Doutorado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220477		
ACESSO EM:	01 setembro 2023		

AUTOR	TAVARES, S. C.		
TÍTULO	Moradia para quem? análise sobre a construção social da população em situação de rua no Programa Moradia Primeiro.		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231621		
ACESSO EM:	01 setembro 2023		

AUTOR	SANCHES, N. D'A.		
TÍTULO	As ocupações no centro histórico de Porto Alegre e a formação de territórios de resistência.		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Doutorado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/226283		
ACESSO EM:	01 setembro 2023		

AUTOR	DAMASIO, C. P.		
TÍTULO	A (in)justa distribuição dos benefícios da urbanização: o solo criado em Porto Alegre/RS.		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Doutorado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/234242		
ACESSO EM:	01 setembro 2023		
AUTOR	MACIEL, M. M.		
TÍTULO	Políticas indigenistas nas políticas da saúde e da assistência social no Brasil: um estudo sobre as legislações e a percepção indígena.		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/238128		
ACESSO EM:	01 setembro 2023		
AUTOR	WESZ, J. G. B.		
TÍTULO	Qualidade de vida urbana: avaliação multidimensional em Porto Alegre, Brasil.		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Doutorado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/236266		
ACESSO EM:	08 setembro 2023		
AUTOR	ARMANDO, M. J.		
TÍTULO	A política de gestão dos recursos hídricos e o desenvolvimento rural no posto administrativo de Xinavane (Distrito de Manhica-Moçambique)		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Doutorado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/255108		
ACESSO EM:	08 setembro 2023		
AUTOR	SILVEIRA, J. F.		
TÍTULO	No meio do caminho havia uma pandemia: relatos da população adulta em situação de rua de Porto Alegre		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/249877		
ACESSO EM:	08 setembro 2023		
AUTOR	SANTOS, R. N.		
TÍTULO	A Espacialização do cooperativismo habitacional no município de Porto Alegre		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/229778		
ACESSO EM:	08 setembro 2023		

AUTOR	TAVARES, B. B.		
TÍTULO	Entre o planejamento urbano e a ação do Estado: a produção do espaço dos pobres em Pelotas (RS) como cidade média e não metropolitana		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/235917		
ACESSO EM:	08 setembro 2023		

AUTOR	ALMEIDA, N. B. L.		
TÍTULO	Territorialização e lutas pelo espaço em áreas de reestruturação urbana: o caso do IV Distrito de Porto Alegre/RS		
UNIVERSIDADE	UFRGS	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Porto Alegre	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/234244		
ACESSO EM:	08 setembro 2023		

AUTOR	BALTAZAR, C. G.		
TÍTULO	A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E O DIREITO À CIDADE: ENTRE OS DISTRITOS DE CIDADE TIRADENTES E GRAJAÚ		
UNIVERSIDADE	PUC	NÍVEL	Doutorado
LOCAL	São Paulo	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/24217		
ACESSO EM:	08 setembro 2023		

AUTOR	NASCIMENTO, T. A. M.		
TÍTULO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM BELO HORIZONTE: PERCEPÇÕES SOBRE O MORAR		
UNIVERSIDADE	FJP	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Belo Horizonte	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/576#preview-link0		
ACESSO EM:	08 setembro 2023		

AUTOR	MALTA, G. S.		
TÍTULO	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM LIGHT STEEL FRAMING NO BRASIL: AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DO USUÁRIO SOBRE A MORADIA		
UNIVERSIDADE	UFOP	NÍVEL	Mestrado
LOCAL	Ouro Preto	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/13143		
ACESSO EM:	08 setembro 2023		

AUTOR	SOUZA, R. V.		
TÍTULO	MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL CONSTRUÍDAS COM O SISTEMA LIGHT WOOD FRAME NO SUL DO BRASIL		
UNIVERSIDADE	UFSC	NÍVEL	Doutorado
LOCAL	Florianópolis	DATA	2021
DISPONÍVEL EM:	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/220533		
ACESSO EM:	08 setembro 2023		